

Organizadoras
LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA
MARIA SUELEIDE PEREIRA DE LIMA SILVA
SANDRA MORENO DE ASSIS SANTOS

O OLHAR DOS PROFESSORES SOBRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



Organizadoras
LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA
MARIA SUELEIDE PEREIRA DE LIMA SILVA
SANDRA MORENO DE ASSIS SANTOS

O OLHAR DOS PROFESSORES SOBRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



© 2025 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizadores

Ligiane Oliveira dos Santos Souza
Maria Suelleide Pereira de Lima Silva
Sandra Moreno de Assis Santos

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira
Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira
Capa: Freepik/MultiAtual
Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG
Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT
Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG
Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC
Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR
Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF
Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA
Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729o	<p>O olhar dos professores sobre as avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas</p> <p>/ Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Maria Sueleide Pereira de Lima Silva; Sandra Moreno de Assis Santos (organizadoras). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2025. 98 p. : il.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-6009-151-1 DOI: 10.5281/zenodo.15025241</p> <p>1. Educação, pesquisa e tópicos relacionados. 2. Avaliação pedagógica. I. Souza, Ligiane Oliveira dos Santos. II. Silva, Maria Sueleide Pereira de Lima. III. Santos, Sandra Moreno de Assis. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 371.302 8 CDU: 37</p>
-------	--

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2025/03/o-olhar-dos-professores-sobre-as.html>



**O OLHAR DOS PROFESSORES SOBRE AS AVALIAÇÕES
EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**O OLHAR DOS PROFESSORES SOBRE AS AVALIAÇÕES
EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Organizadoras

LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA

MARIA SUELEIDE PEREIRA DE LIMA SILVA

SANDRA MORENO DE ASSIS SANTOS

Autores

Adriana Leite da Silva
Alessandra Costa de Souza
Ana Paula Luiz Nascimento Machado
Cícera Edileusa dos Santos
Elizane Gomes do Espirito Santo Taques
Fatima Vieira Domiciano Fortunato
Helenice dos Santos Alves
Iracema Luzia de Sales Souza
Jéssica Aparecida dos Santos Silva
Juliana de Souza Silva
Leonice Máxima Nonato Ojeda
Ligiane Oliveira dos Santos Souza
Luana Teixeira Alves
Marenilza da Silva Nobres
Maria Antônia Alves da Silva Reis
Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos
Maria Rosa de Oliveira
Maria Sueleide Pereira Lima
Patrícia Pereira da Silva
Renata Aparecida Martins Romão
Rizoni Alves de Souza
Sandra Moreno de Assis Santos
Selma Pereira Macedo
Viviane da Costa Santos
Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes

APRESENTAÇÃO

As avaliações externas têm se consolidado como instrumentos fundamentais para medir a qualidade da educação e orientar políticas públicas. No entanto, seus impactos na prática pedagógica e na rotina dos professores geram reflexões importantes sobre o papel dessas avaliações no processo de ensino-aprendizagem.

O livro *O Olhar dos Professores sobre as Avaliações Externas e seus Impactos nas Práticas Pedagógicas* propõe uma análise crítica e aprofundada sobre como os docentes percebem essas avaliações, seus desafios e as transformações que elas promovem no cotidiano escolar. A obra explora diferentes perspectivas, destacando tanto os benefícios quanto as dificuldades enfrentadas pelos educadores diante das exigências desses processos avaliativos.

Com base em estudos e experiências reais, este livro oferece um panorama sobre a relação entre as políticas educacionais, as avaliações externas e a prática pedagógica, discutindo de que maneira esses exames influenciam o planejamento das aulas, a abordagem dos conteúdos e a autonomia dos professores.

Indicado para educadores, gestores, pesquisadores e estudantes da área da educação, esta leitura proporciona reflexões essenciais sobre a avaliação da aprendizagem, seus efeitos na prática docente e os caminhos possíveis para uma educação mais equilibrada e eficaz.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 AVALIA MT FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS BASEADA NOS RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES	12
Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Maria Sueleide Pereira Lima; Sandra Moreno de Assis Santos	
CAPÍTULO 2 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	17
Patrícia Pereira da Silva; Adriana Leite da Silva; Viviane da Costa Santos	
CAPÍTULO 3 IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS	20
Selma Pereira Macedo; Leonice Máxima Nonato Ojeda; Maria Antônia Alves da Silva Reis	
CAPÍTULO 4 AVALIAÇÕES EXTERNAS: IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	24
Ana Paula Luiz Nascimento Machado; Maria Rosa de Oliveira; Marenilza da Silva Nobres	
CAPÍTULO 5 AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS EFEITOS	28
Renata Aparecida Martins Romão; Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Elizane Gomes do Espirito Santo Taques	
CAPÍTULO 6 O PARADOXO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS	32
Iracema Luzia de Sales Souza; Fatima Vieira Domiciano Fortunato; Helenice dos Santos Alves	
CAPÍTULO 7 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A ESCOLA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A SALA DE AULA	36
Elizane Gomes do Espirito Santo Taques; Renata Aparecida Martins Romão; Ligiane Oliveira dos Santos Souza	
CAPÍTULO 8 AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO CONTEXTO DO SAEB E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE E DO TRABALHO DOCENTE	39
Fatima Vieira Domiciano Fortunato; Iracema Luzia de Sales Souza; Helenice dos Santos Alves	
CAPÍTULO 9 IMPACTOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO CURRÍCULO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E GESTORES	42
Marenilza da Silva Nobres; Ana Paula Luiz Nascimento Machado; Maria Rosa de Oliveira	

CAPÍTULO 10

A PRÁTICA DOCENTE FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL

Leonice Máxima Nonato Ojeda; Selma Pereira Macedo; Maria Antônia Alves da Silva Reis **45**

CAPÍTULO 11

PERCEPÇÕES E IMPACTOS SOBRE DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO INTERIOR DAS ESCOLAS

Adriana Leite da Silva; Patrícia Pereira da Silva; Viviane da Costa Santos **48**

CAPÍTULO 12

AS IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Sueleide Pereira Lima; Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Sandra Moreno de Assis Santos **51**

CAPÍTULO 13

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Maria Antônia Alves da Silva Reis; Leonice Máxima Nonato Ojeda; Selma Pereira Macedo **54**

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Rosa de Oliveira; Marenilza da Silva Nobres; Ana Paula Luiz Nascimento Machado **57**

CAPÍTULO 15

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Viviane da Costa Santos; Patrícia Pereira da Silva; Adriana Leite da Silva **60**

CAPÍTULO 16

A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: A PRÁTICA DO REGISTRO

Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Elizane Gomes do Espírito Santo Taques; Renata Aparecida Martins Romão **63**

CAPÍTULO 17

AVALIAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO: AVALIAR OU PROMOVER?

Helenice dos Santos Alves; Fatima Vieira Domiciano Fortunato; Iracema Luzia de Sales Souza **66**

CAPÍTULO 18

A AVALIAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A QUALIDADE EDUCACIONAL POR MEIO DA PROVINHA BRASIL

Sandra Moreno de Assis Santos; Maria Sueleide Pereira Lima; Ligiane Oliveira dos Santos Souza **69**

CAPÍTULO 19 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O “BATER DO MARTELO” COM A TERMINALIDADE ESPECÍFICA PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos; Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes; Cícera Edileusa dos Santos; Alessandra Costa de Souza	72
CAPÍTULO 20 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS Rizoni Alves de Souza; Sandra Moreno de Assis Santos; Ligiane Oliveira dos Santos Souza	75
CAPÍTULO 21 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM Juliana de Souza Silva; Luana Teixeira Alves; Jéssica Aparecida dos Santos Silva	78
CAPÍTULO 22 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA Alessandra Costa de Souza; Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos; Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes; Cícera Edileusa dos Santos	81
CAPÍTULO 23 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA Sandra Moreno de Assis Santos; Rizoni Alves de Souza; Ligiane Oliveira dos Santos Souza	84
CAPÍTULO 24 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM Luana Teixeira Alves; Juliana de Souza Silva; Jéssica Aparecida dos Santos Silva	87
CAPÍTULO 25 ENTRE ERROS, ACERTOS E CONHECIMENTO: A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA Cícera Edileusa dos Santos; Alessandra Costa de Souza; Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos; Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes	90
CAPÍTULO 26 REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES DOS DOCENTES Jéssica Aparecida dos Santos Silva; Luana Teixeira Alves; Juliana de Souza Silva	93
CAPÍTULO 27 AVALIAÇÃO FORMATIVA: FERRAMENTA SIGNIFICATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Sandra Moreno de Assis Santos; Rizoni Alves de Souza	96

CAPÍTULO 1

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS BASEADA NOS RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Maria Suelleide Pereira Lima

Sandra Moreno de Assis Santos

RESUMO

Os resultados das Avaliações Externas têm subsidiado o trabalho interventivo das áreas pedagógicas em todas as instâncias: órgão central, diretorias de ensino, secretarias municipais de educação, unidades escolares e, sobretudo, a organização do trabalho pedagógico docente. Para isso, objetivamos compreender qual a relação dos resultados oriundos da Avaliação MT na Avaliação de Desempenho Profissional dos professores da rede pública municipal de Barra do Bugres. Buscamos analisar as fontes documentais que guiam tanto a Avaliação MT quanto a Avaliação de Desempenho Profissional na mencionada rede. Tais documentos são constituídos por legislações, portarias, Plano Municipal de Educação, Política Educacional, contratos e orientativos. Foi feita uma pesquisa bibliográfica. Os resultados das Avaliações Externas têm subsidiado o trabalho interventivo das áreas pedagógicas em todas as instâncias: órgão central, diretorias de ensino, secretarias municipais de educação, unidades escolares e, sobretudo, a organização do trabalho pedagógico docente. Contudo, essa avaliação pesquisa a qualidade dos resultados dos processos educacionais e por isso deve vir acompanhada de reflexões e intervenções sempre que for necessário, a fim de nortear a educação do país, o trabalho do professor e o desenvolvimento do aluno.

Palavras-chave: Avaliações Externas. Avaliação MT. Desempenho Profissional.

REVISÃO TEÓRICA

A compreensão das avaliações externas, quer teórica, quer empiricamente, nos parece exigir, inicialmente, uma delimitação da própria definição de avaliação, que neste trabalho é assumida no âmbito escolar e por isso a consideramos como avaliação educacional. Segundo Coelho a avaliação é um conceito polissêmico que no campo da educação precisa ser explicado, para que o interlocutor entenda, entre outros pontos, qual o objeto a ser avaliado e quem é o sujeito avaliador (COELHO, 2015, p.2).

Para o autor quando o termo avaliação da aprendizagem é usado na escola, nem sempre se tem a clareza o que de fato está sendo avaliado, o que nos aponta que avaliar a aprendizagem dos estudantes pode se constituir um processo complicado, muitas vezes tenso, que tanto pode promover e elevar a autoestima, quanto pode baixá-la, consideravelmente.

Segundo Libâneo:

Nesse sentido, avaliações internas, avaliações institucionais e externas devem estar listadas nos encontros escolares, objetivando assim a compreensão de cada uma no intuito de que se leve em consideração suas especificidades para atingir avanços positivos de enriquecimento no processo de aprendizagem dos educandos. É considerável apontar que a avaliação em nenhuma outra época ganhou tão grande destaque como nos dias atuais. Nunca se discutiu tanto sobre avaliação, alargando o seu significado de verificação da aprendizagem para interna, e posteriormente, para externa, de desempenho, entre outras (LIBANEO, 2015, p. 62).

Para Vianna (1989, p. 10), "avaliação" e "medida do rendimento" são frequentemente usadas como expressões intercambiáveis, e refletem imprecisões no emprego das palavras medir e avaliar. O autor conclui que avaliar é, assim, emitir um julgamento de valor sobre a característica focalizada, podendo esse valor basear-se, parcial, mas não exclusivamente, em dados quantitativos.

Haydt (1997, p. 10), nesse escopo conceitual, destaca as principais diferenças entre testar, medir e avaliar:

Testar – Verificar um desempenho através de situações previamente organizadas, chamadas testes.

Medir – Descrever um fenômeno do ponto de vista quantitativo.

Avaliar – Interpretar dados quantitativos e qualitativos para obter um parecer ou julgamento de valor, tendo por base padrões ou critérios.

Podemos, ainda, de acordo com Haydt (1997, p. 12), considerar que o processo avaliativo deve, entre outros aspectos, levar em conta os usuários dos resultados da avaliação, pois serão, ao fim, quem poderão utilizar esses resultados para que determinadas ações sejam desencadeadas no processo pedagógico ao qual a avaliação esteja vinculada, , notadamente, quando a preocupação esteja voltada para a melhoria desse processo, mais ainda quando se traduz na ampliação das aprendizagens dos alunos concernidos a esse processo.

De maneira geral o processo de avaliação está relacionado à produção de informações sobre determinado objeto e é algo que está bastante presente no cotidiano escolar. É um processo que envolve concepções, valores, princípios, teorias, conceitos, metas, percursos e, por sua complexidade, possui desafios para sua legitimação. Esses elementos ganham maior densidade quando se pensa no desenvolvimento de uma avaliação da aprendizagem organizada de modo externo e em larga escala. Ademais, a avaliação da aprendizagem sempre esteve envolvida em polêmicas por conta do uso de seus resultados com a finalidade de decidir o “destino” dos alunos quanto ao fluxo no interior das escolas, isto é, para fins de aprovação ou reprovação.

A avaliação é uma prática escolar e uma atividade intrínseca à docência, cuja dimensão de avaliador compõe o rol de atribuições dos professores previstas na legislação educacional e fortemente evidenciada nos editais de processos seletivos.

Siqueira (2018, p. 151), destaca que

Se são muitas as lacunas formativas dos professores quanto à avaliação externa, isso parece assemelhar no que tange à avaliação praticada em sala de aula, alimentada, sobremaneira, por concepções cristalizadas com equívocos históricos quanto a questões básicas da avaliação.

Desta forma, consideramos que a formação em avaliação educacional atenuaria ou remiria os impactos das práticas de avaliação instituídas pela ausência da temática da avaliação na formação inicial e continuada.

Compreendemos que a avaliação educacional representa um importante elemento da prática docente, constituindo-se em ferramenta indissociável do acompanhamento da aprendizagem dos alunos, com efeito direto sobre seu percurso escolar.

As avaliações em grande escala perduram, assim como os debates em torno dos índices educacionais, recaindo sobre os professores a obrigatoriedade de atender as demandas educacionais na dinâmica do estado gerencial e, especificamente, aquelas

recorrentes da globalização. Com a divulgação dos resultados dessas avaliações, os discursos sedutores apresentam as possíveis soluções, dentre elas, aquelas ligadas ao setor privado, como as empresas de consultorias empresariais que se “proliferam vendendo receitas e expertise, numa lógica simples de que se salvaram empresas da crise, salvarão as escolas” (SHIROMA, 2018, p.95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações educacionais são elemento central para produzir dados e medir os possíveis avanços, imprimindo uma nova concepção de qualidade de educação e de direito educacional que se sobrepõe a outras definições. Estas novas concepções estão ancoradas nas perspectivas gerencialistas na medida em que instrumentalizam a gestão educacional para o controle dos resultados, medidos por meio de testes aplicados para medir o nível de proficiência dos alunos.

Ao analisar os impactos dos critérios e resultados da avaliação externa na prática docente e no processo de ensino e aprendizagem, o estudo esclarece que é necessário ampliar as estratégias de divulgação dos dados e buscar cada vez mais qualificar essas informações, pois o resultado da avaliação em larga escala pode ser um indicador momentâneo, mas é muito resumido para se falar em qualidade, é necessário mergulhar no contexto escolar para analisar os fatores que contribuíram para aquele resultado.

Em suma, torna-se pertinente enfatizar que a avaliação externa por si só não resolve os impasses relacionados ao sistema educacional ou a aprendizagem dos alunos, pois a solução dessas implicações parte da gestão desses processos avaliativos, do modo como são aplicados e de como são recebidos pela escola. Contudo, essa avaliação pesquisa a qualidade dos resultados dos processos educacionais e por isso deve vir acompanhada de reflexões e intervenções sempre que for necessário, a fim de nortear a educação do país, o trabalho do professor e o desenvolvimento do aluno.

REFERENCIAS

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229- 258, abr./jun. 2015.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Valéria Aparecida de Souza; FREITAS, Pâmela Félix; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Professores e lacunas formativas em avaliação da aprendizagem: evidências e problematizações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e241339, p. 1-17, 2018.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. Momento: diálogos em educação, ISSN 2316-31100, v. 27, n.2, p. 88-106, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2025.

VIANNA, Heraldo Marelím. Introdução à avaliação educacional. São Paulo: Ibrasa, 1989. (Biblioteca Educação, 40). p. 19-20.

_____. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005.

CAPÍTULO 2

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Patrícia Pereira da Silva

Adriana Leite da Silva

Viviane da Costa Santos

RESUMO

Esse artigo resulta de uma investigação bibliográfica e tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas educacionais e os impactos produzidos pelas avaliações externas nas práticas pedagógicas, tendo como foco as avaliações em larga escala na educação básica, com a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e do Sistema Mineiro de Avaliação – SIMAVE e quais as implicações destas o cotidiano das salas de aula a ponto de modificar (ou não) as práticas da equipe escolar e do/a professor/a em sala de aula, torna-se imprescindível para compreendermos como esses processos se desenvolvem e quais suas consequências na aprendizagem dos alunos. Porém não basta analisarmos os números, convém que investiguemos o que se encontra por trás deles, conhecermos a realidade desses alunos e dessas escolas que geram esses índices. Parece-nos importante ressaltar que tais sistemas estão alinhados às transformações e reformas educacionais ocorridas no Brasil a partir dos anos de 1990, cujo embate entre regulação e descentralização consolida estratégias de monitoramento das ações educativas, tendo em vista verificar e acompanhar o nível de aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Avaliação Externa. Trabalho Docente. Educação Básica.

REVISÃO TEÓRICA

A avaliação está incluída no bojo das diversas ações que estão sendo estabelecidas pelas políticas públicas educacionais com o objetivo de orientar as atividades das instituições escolares, dos profissionais, estudantes e suas famílias. Nesses moldes, acaba por imprimir um desenho que se configura pela própria atuação reguladora do Estado sobre as escolas, seja por intermédio da fiscalização ou pela associação dos resultados obtidos nos procedimentos avaliativos aos dispositivos de financiamento. Esse cenário,

[...] diminuir as despesas públicas exigiu não só a adoção de uma cultura gestonária (ou gerencialista) no sector público, como também induziu a criação de mecanismos de controlo e responsabilização mais sofisticados. A avaliação aparece assim como um pré-requisito para que seja possível a implementação desses mecanismos (AFONSO, 1998, p.113).

A conformação do Estado às necessidades de ajustes da educação básica torna imperativo aferir os resultados dos investimentos públicos aplicados às escolas. Ainda de acordo com o discurso oficial a educação está interligada com as competências a serem desenvolvidas pela instituição educativa e pelo avanço da produtividade; objetivo esse que se exprime na operacionalização da avaliação na educação básica.

Desse modo,

[...] com a diminuição dos recursos públicos para os setores sociais coincidindo com a crescente complexidade da sociedade, nos países industrializados, os Estados aumentaram consideravelmente as suas ações de controle e fiscalização. Este fenômeno se tornou conhecido como “Estado Avaliador”, [...] caracteriza a forte presença do Estado no controle dos gastos e dos resultados das instituições e dos órgãos públicos. O “Estado Avaliador” intervém para assegurar mais eficiência e manter o controle daquilo que considera ser qualidade. (DIAS-SOBRINHO, 2004, p. 708).

Em 2007 o Ministério da Educação implementou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, um indicador que integra o fluxo escolar às médias de desempenho obtidas pelos alunos nos exames realizados durante os processos avaliativos nacionais. Enfim, as avaliações externas realizadas, a partir de testes padronizados, têm como objetivo principal o monitoramento da educação e, implicam na centralização da União no que diz respeito ao controle dos resultados, tal formato articula-se à tão

propagada lógica de descentralização. Essas avaliações representam a legitimação da opção do Estado por um processo avaliativo exterior as escolas e geridas segundo princípios inerentes à administração gerencial, a competição, ou seja, ao accountability, na perspectiva de uma lógica de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das implicações das avaliações externas na organização do trabalho escolar nos remete a reflexão sobre o papel do Estado no atual contexto de reformulação de políticas públicas, dentre elas a educacional. A avaliação está inserida no foco das reformas que têm ocorrido nas últimas duas décadas no âmbito educativo, possuindo um formato flexível em que se distinguem diferentes funções, dentre as quais se destaca o aspecto relacionado ao mapeamento da educação oferecida aos estudantes brasileiros e à indução de ações e intervenções necessárias a universalização da escola pública.

É possível depreender que a avaliação extrapola os muros da escola e cada vez mais deixa de focar somente a avaliação concretizada no espaço micro da sala de aula para ser realizada em larga escala, implementando um movimento em que os dados obtidos por meio das avaliações externas (SAEB, SIMAVE) são considerados como informações de extrema relevância para mediar e orientar a organização do trabalho pedagógico dos sistemas educativos.

REFERENCIAS

AFONSO, A. J. Políticas educativas e avaliação educacional: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Portugal: IEP/CEEP/ Universidade do Minho, 1998.

BONAMINO, A.; BESSA, N.; FRANCO, C. (orgs.). Avaliação da Educação básica: pesquisa e gestão. São Paulo: Loyola, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Pedagógico. Brasília: MEC/INEP: ENEM 2003.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação, Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

CAPÍTULO 3

IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS

Selma Pereira Macedo

Leonice Máxima Nonato Ojeda

Maria Antônia Alves da Silva Reis

RESUMO

A presente pesquisa propõe a discutir sobre os impactos que as avaliações externas tem trazido aos professores do 9º ano do ensino Fundamental- Anos Finais. De forma mais específica, procuramos compreender o estado da arte sobre o processo das avaliações externas juntamente ao currículo para, posteriormente refletirmos sobre esse impacto na prática pedagógica docente e, por fim, explicitar como essas avaliações adentram nas salas de aula versando sobre todo o universo escolar. Defendemos a hipótese de que as teorias sobre avaliações externas, quando engessadas no dia a dia escolar trazem grandes conflitos ao professor. Fundamentamos nossa pesquisa em Gadotti (2019), Arroyo (2017), Santos (2013) dentre outros que corroboraram com a hipótese em questão. Ressaltamos que optamos pela pesquisa qualitativa por ser contributiva para professores em exercício e formação. Dessa maneira, acreditamos que as avaliações externas contribuem com a responsabilização dos envolvidos, sobretudo, dos professores das disciplinas e turmas avaliadas.

Palavras-chave: Avaliações externas. Prática pedagógica. Responsabilização.

REVISÃO TEÓRICA

A implementação das avaliações externas no Brasil inicia de maneira bem tímida nos anos 80 e se prorroga até os dias atuais. A diferença é que, hoje, após todo o procedimento que marcou a reforma da educação, especificamente nos últimos 30 anos, o Brasil está convicto de que a escola necessita passar por uma avaliação externa, ou em larga escala e deve assumir a culpa pelos resultados demonstrados.

Nessa direção, aos moldes do Estado-avaliador a ela são delegadas responsabilidades e concedida autonomia, e sobre ela são operados sistemas de avaliação externa cujos resultados são submetidos a uma base de metas de qualidade demarcadas pelo centro. Essa é uma dinâmica que, sintonizada com o redimensionamento do papel do Estado, deriva da institucionalização de novos mecanismos de regulação de que são evidências maiores a lógica que orienta os sistemas nacionais de avaliação. (SCHNEIDER et al, 2018, p.119)

Isso implica dizer que, em palavras, os objetivos expostos para a aplicação das avaliações externas enfatizam a sua utilização como forma de subsídio aos sistemas de ensino, bem como as escolas no trato de se ofertar uma educação de qualidade após contactar em que se pode avançar e a partir da realidade, traçar metas. Porém, na concretização dessas ações o que está em evidência é a fiscalização desenvolvida pelo Estado, somado a vistoria e monitoração de uma qualidade expressa com base em números que servem como devolutiva a toda uma lógica criada para inspecionar a educação.

Nessa perspectiva, Sousa (2009), afirma que em uma face há o papel do Estado e, na outra, o conceito de educação pública, ao semear visão de qualidade, quando no interior dos sistemas públicos de ensino há diferenças.

A avaliação é o âmago das decisões e conseqüentemente das ações desenvolvidas pelas políticas públicas da educação, defendendo como propósito a condução das atividades desenvolvidas na própria instituição de ensino. Esse formato, esboça a imagem de um exercício atenuador do Estado para com as escolas, seja no papel de supervisionar ou ordenar mecanismos de financiamento. Diante de toda essa discussão é plausível se repensar como fica o processo de ensino aprendizagem nesse contexto. Será que não estamos regredindo ao tempo da Educação Bancária em que o aluno era apenas um “depósito” de informações e o professor, detentor de todo conhecimento?

A educação deve estar centrada nele (no educando), em vez de centrar-se no professor ou no ensino; o aluno deve ser senhor de sua própria aprendizagem. E a aula não é o momento em que se deve despejar conhecimentos no aluno, nem as provas e exames são os instrumentos que permitirão verificar se o conhecimento continua na cabeça do aluno e se este o guarda do jeito que o professor o ensinou. A educação deve ter uma visão do aluno como pessoa inteira, com sentimentos e emoções. (GADOTTI, 2019, p. 20)

Diante do exposto podemos afirmar que a forma como as avaliações externas vem interferindo no contexto escolar, abre margem para uma distorção na postura do professor e do aluno. Muito se discutiu sobre a função mediadora do educador e do aluno como protagonista de sua própria aprendizagem. Porém diante da realidade que enfrentamos e do que vem sendo imposto pelas avaliações em larga escala, essa prática se torna inviável.

Assim,

nessa perspectiva que as avaliações em larga escala interferem de modo direto no movimento produzido no interior da escola, lócus privilegiado para construção de potencialidades, por intermédio da produção de relações sociais e ações transformadoras, mediante conscientização dos direitos sociais e práticas educativas de caráter mediador, trazendo em seu interior os elementos de produção e/ou superação das contradições. (SANTOS et al, 2013, p. 45)

Nesse panorama, é imediato a condição dos órgãos responsáveis por tais avaliações e da própria Secretaria que rege o Estado ou município de se garantir uma educação de qualidade. Em função disso a instituição de ensino se sente no encargo de reconsiderar sua prática pedagógica por estar em todo o tempo sendo prensada à prática de atividades que respaldem com serventia e benefício o interesse dos alunos na exposição de bons resultados nas avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou desde o primeiro momento discorrer sobre os impactos que as avaliações externas causam no cotidiano do docente. Neste viés, esta análise demonstra que as instituições de ensino têm enclausurado os docentes por meio de práticas pedagógicas e currículos engessados no intuito de se obter uma boa classificação nas avaliações externas. Essa afirmação ganhou altivez nas respostas dadas

pelos questionários aplicados aos professores. Nosso trabalho demonstrou que as avaliações externas não são suficientes para “medir” o processo de ensino- aprendizagem e todos os percalços que surgirem no caminho. Como bem elucida um dos professores participantes: “as avaliações externas são importantes para um acompanhamento do desenvolvimento escolar, porém não acredito que expressa a qualidade da educação, pois não há como medir o que nossos alunos realmente sabem.

REFERENCIAS

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire: Três textos que se completam. Caderno do Instituto Paulo Freire. 2ª ed. São Paulo, IPF, 2019.

SANTOS, Anderson Oramísio; GIMENES, Olíria Mendes; MARIANO, Sangelita Miranda Franco. Avaliações Externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões preliminares. VII Encontro de Pesquisa em Educação. 2013.

SOUSA, Sandra Zákia Lian. Avaliação e gestão da Educação Básica no Brasil: da competição aos incentivos. In: DOURADO, Luiz Fernando. Políticas e gestão da educação no Brasil: Novos marcos regulatórios. São Paulo, Xamã, 2009. p. 31-45.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz; Durli, Zenilde. Políticas de avaliação e regulação da qualidade: repercussões na Educação Básica. Revista e-curriculum, São Paulo, v.16, n.1, p.109-138 jan./mar.2018

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÕES EXTERNAS: IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Paula Luiz Nascimento Machado

Maria Rosa de Oliveira

Marenilza da Silva Nobres

RESUMO

Com a introdução da Gestão por Resultados, oriunda da reforma educacional no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as escolas têm sido induzidas a adaptarem o trabalho pedagógico visando alcançar as metas estabelecidas pelos sistemas de avaliação externa. Este artigo, resultante de pesquisa concluída de Mestrado em Educação, intenta discutir sobre avaliação externa na educação básica destacando as implicações na prática pedagógica docente. Metodologicamente, optou-se por realizar um estudo bibliográfico e levantamento de pesquisas empíricas brasileiras na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações entre 2016 a 2023. Os resultados apontam que as avaliações externas conduzem ao estreitamento curricular; proporciona a perda da autonomia docente; induzem ao treinamento para os testes estandardizados; instituem sentimentos de pressão e tensão no contexto escolar.

Palavras-chave: Avaliação externa. Educação básica. Prática docente.

REVISÃO TEÓRICA

A avaliação interna é aquela elaborada pelo professor. Essa avaliação é intrínseca ao cotidiano escolar, intimamente, à sala de aula. É parte do Projeto Político

Pedagógico da escola e do projeto de ensino e deve estar a serviço da aprendizagem dos estudantes. Luckesi (2011, p. 53. Grifos do original), denomina de avaliação da aprendizagem escolar e pontua que esse tipo de avaliação “[...] envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele”. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem fornece subsídios ao docente para que ele possa planejar sua ação didático-pedagógica, observando os conteúdos que os estudantes já dominam e quais precisam adquirir.

A avaliação, portanto, pode ser compreendida como um diagnóstico, servindo como base para a elaboração das aulas pelos docentes, visando a que os estudantes continuem aprendendo. A avaliação da aprendizagem escolar assume, nesse contexto, papel fundamental, pois é a partir dos seus resultados que os professores tomam decisões acerca do processo de ensino e aprendizagem: A avaliação, no caso, seria um mecanismo subsidiário pelo qual o professor iria detectando os níveis de aprendizagem atingidos pelos alunos e trabalhando para que atinjam a qualidade ideal mínima necessária. Só passaria para um conteúdo novo, quando os alunos tivessem atingido esse patamar mínimo (LUCKESI, 2011, p. 57).

Esse tipo de avaliação apresenta imenso valor pedagógico, portanto, para os professores e os estudantes, por estar ligado diretamente ao processo de ensino e aprendizagem e, de certo modo, garantir que os professores tenham ciência do nível de aprendizagem dos alunos e possam preparar momentos para sua continuidade, assegurando que todos aprendam.

As avaliações externas não têm finalidade de aprovar ou reprovar ninguém (FREITAS, 2009), mas fornecem dados e informações –correlações estatísticas –para que atores políticos do sistema educacional possam tomar decisões em prol da melhoria da educação. Essas avaliações pretendem servir, então, como ferramentas para que os políticos e atores responsáveis em âmbito de secretarias de educação, sejam eles federais, estaduais ou municipais, possam corrigir, por meio de políticas (compensatórias) possíveis falhas encontradas e implementarem projetos e programas para apoiar práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se considere que os resultados das avaliações externas com indicadores sobre os níveis de aprendizagem ocupa função importante no contexto das políticas educacionais, torna-se relevante destacar que os sistemas de avaliação não levam em consideração as especificidades e características de cada estado, município e instituição, ou seja, as avaliações, que são padronizadas –iguais para todos os estudantes de determinada série/ano –desconsideram os aspectos sociais, econômicos e culturais ao serem aplicadas. Assim, a aprendizagem é compreendida fora da totalidade em que ocorre.No entanto, a totalidade e o movimento dialético não podem ser desconsiderados. A escola não existe em um contexto separado do resto da sociedade, ou seja, a instituição escolar faz parte de uma sociedade em um determinado momento histórico e traz em si, as marcas da sua evolução, portanto, influencia e sofre influência dos múltiplos determinantes ao seu redor. Permitir que as avaliações padronizadas continuem determinando as ações da escola é contribuir para que a aprendizagem seja descontextualizada, precária e básica no sentido literal da palavra.

REFERENCIAS

FREITAS, Luis Carlos de. A qualidade da escola e os profissionais da educação: confiança nas relações ou cultura da auditoria. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia da. Políticas Públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FREITAS, Luis Carlos de et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GATTI, Bernardete. A Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. EcoS Rev. Cient. Uninove, São Paulo, v. 4, n. 1, 2002.

LEÃO, A liziane da Mata. Apropriação dos resultados das avaliações externas: um estudo investigativo na escola “bela vista”. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. p. 164. 2016.

LIMA, Licínio C. A avaliação institucional como instrumento de racionalização e o retorno à escola como organização formal. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.41, n. especial, p. 1339-1352, dez. 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. 22 ed., São Paulo: Cortez, 2011.

CAPÍTULO 5

AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS EFEITOS

Renata Aparecida Martins Romão

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Elizane Gomes do Espirito Santo Taques

RESUMO

O debate sobre avaliação educacional, envolvendo conceitos e práticas, é ampliado, pois, às avaliações internas conduzidas por professores, se somam as avaliações externas. No Brasil, com o advento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e seus posteriores desdobramentos, sobretudo, com a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para ingresso na educação superior, esse debate é incrementado com novas polêmicas. Se os resultados das avaliações externas têm sido associados à qualidade da educação escolar de forma restritiva, isso não poderia levar à negação dos mesmos, tendo em vista que podem indicar aspectos importantes da realidade de escolas e redes de ensino. Nesse sentido, aponta-se a possibilidade e a necessidade de um diálogo entre as avaliações internas e as externas como ponto de apoio para uma escolarização de sucesso para todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Educacional. Avaliação Externa. Qualidade do Trabalho Escolar. Políticas Educacionais.

REVISÃO TEÓRICA

Na literatura da área da avaliação educacional existe uma conceituação amplamente majoritária, que associa avaliação com julgamento, tal como encontramos em Lukas Mujika e Santiago Etxeberria, (2009, p. 91-92), para quem

A avaliação é o processo de identificação, levantamento e análise de informação relevante de um objeto educacional – que poderá ser quantitativa ou qualitativa –, de forma sistemática, rigorosa, planejada, dirigida, objetiva, crível, fidedigna e válida para emitir juízo de valor baseado em critérios e referências pré estabelecidos para determinar o valor e o mérito desse objeto a fim de tomar decisões que ajudem a otimizá-lo.

Com muitas implicações para o processo pedagógico, historicamente uma vertente da avaliação, ainda que inserida e condicionada por esse processo, parece ter se constituído na essência da escolarização, quando não se confundindo com essa, num processo de autonomização. Isso se daria, sobretudo, por conta de valores liberais e meritocráticos socialmente disseminados que exigem práticas que consagrem a diferenças e nesse sentido as práticas de avaliação somativa foram ganhando relevo. Tal constatação limitaria a democratização da escola ao horizonte da igualdade de oportunidades, pois que a igualdade de resultados soaria como um anátema, mesmo que nos restringíssemos a resultados que poderiam se considerados como indispensáveis quer em termos escolares, quer em termos sociais, como seria o domínio pleno da competência em leitura.

Não se trata, portanto, de ignorar ou abandonar avaliações externas. Descartá-las nos impediria de ter acesso a informações que são relevantes e pertinentes aos desafios educacionais e que podem, inclusive, favorecer o seu equacionamento. Mas, fazer delas o único procedimento para indicar a qualidade da escola e pautar iniciativas de políticas educacionais seria negar-se a enfrentar uma realidade que, por sua complexidade, demanda outros instrumentos e medidas, principalmente aquelas capazes de garantir as condições de existência e funcionamento das escolas, compreendidas em suas dimensões de infraestrutura material, pedagógica e profissional. Trata-se, então, entre outras possibilidades, de alimentar um diálogo entre a avaliação externa e a interna que permita às redes e escolas reunir condições para avançar seus projetos pedagógicos.

Deve-se ainda demarcar que o avanço nas práticas avaliativas pressupõe superar o "paradoxo docente" em termos de avaliação escolar, como explicitado em Alavarse (2013), pois, se avaliar é uma prática intrinsecamente associada aos professores, cujo exercício profissional no Brasil demanda formação inicial em cursos de licenciatura, raramente encontra-se formação prévia nessa temática.

A necessidade de encarar a avaliação vinculando-a ao desafio da aprendizagem

deriva do esforço de desvinculá-la dos mecanismos de aprovação ou reprovação. Isso tratar-se-ia de destacar outra finalidade para a avaliação educacional, no que se concentra sua verdadeira dimensão política, pois numa escola que se pretenda democrática e inclusiva as práticas avaliativas deveriam ser pautadas por garantir que, no limite, todos aprendam tudo. Ainda mais, quando nos reportamos ao ensino fundamental e ao ensino médio, etapas obrigatórias, por força da lei ou por pressões sociais; obrigatoriedade assim fixada, entre várias razões, para que a ninguém seja dado o direito de se excluir de conhecimentos considerados indispensáveis para o aproveitamento de outros direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aspecto potencialmente positivo, podemos considerar que, com as avaliações externas, a gestão de escolas e redes passa a incorporar indicadores de desempenho como mais um elemento para o conhecimento de suas realidades e, assim, pode estabelecer metas mais precisas e elencar prioridades de intervenção parametrizadas numa realidade mais ampla, envolvendo a comparação, dependendo da avaliação externa referenciada, com resultados do país, do estado e do município. Salientando-se, contudo, que as medidas resultantes dessas avaliações – as estimativas de proficiência – não se constituem, por si só, em avaliação, pois uma medida indica o quanto se atingiu numa determinada escala e a avaliação é o julgamento desse resultado em função de critérios, para os quais a interpretação pedagógica dos mesmos é parte insubstituível do processo avaliativo, que, também, deve levar em consideração as condições específicas de cada rede e escola, reforçando a importância da avaliação institucional.

REFERENCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 135- 153, jun. 2013.

CRAHAY, Marcel. Poderá a escola ser justa e eficaz?: da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Tradução de Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. (Horizontes Pedagógicos, 92).

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).

CAPÍTULO 6

O PARADOXO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Iracema Luzia de Sales Souza

Fatima Vieira Domiciano Fortunato

Helenice dos Santos Alves

RESUMO

As avaliações externas surgem como uma resposta à necessidade de medir e assegurar a qualidade educacional em um contexto de crescente diversidade e complexidade no ensino. Com o avanço das políticas educacionais e a busca por padrões de excelência, essas avaliações foram implementadas para fornecer dados práticos sobre o desempenho dos alunos e a eficácia das instituições. Elas visam garantir que todos os alunos, independentemente de onde estudem, tenham acesso a um ensino de qualidade e são frequentemente utilizadas para tomar decisões sobre financiamento, políticas e práticas pedagógicas. Desta feita o objetivo geral analisa o paradoxo das avaliações externas na educação, compreendendo tanto seus benefícios quanto suas limitações, e como esses fatores impactam a prática pedagógica e o desenvolvimento dos alunos. A metodologia foi caracterizada como partir bibliográfica. Os resultados esperados incluem uma compreensão detalhada dos impactos das avaliações externas sobre a motivação dos alunos e a prática pedagógica, além de insights sobre como essas avaliações influenciam as políticas educacionais.

Palavras-chave: Avaliação Externa. Formação. Neoliberal. Aprendizagem.

REVISÃO TEÓRICA

Diante disso é pertinente lembrar que as avaliações externas representam um dos mais importantes mecanismos para elaboração de políticas públicas no sistema de ensino do país, pois pactua metas para as unidades escolares visando o bom desempenho das escolas, enquanto no contexto mundial, essas avaliações têm o objetivo de igualar a continuidade do aluno na escola com o máximo qualidade possível do processo ensino-aprendizagem, podendo ser monitorado frequentemente. (SANTOS ET AL., 2013).

Entretanto, estando a escola situada socialmente em um mundo globalizado e capitalista, não seria incomum que ela também sofresse de algum modo as influências dos modelos socialmente construídos. Diante disso, é notória a influência neoliberal na sociedade, no entanto, esta não exerce controle apenas sobre os fatores econômicos, já que também possui grande influência na elaboração de políticas públicas educacionais e tem entrado nos ministérios, nas secretarias e nas escolas de maneira impactante. Ademais, esse modo de ver o mundo tem transformado a educação de acordo com os interesses de mercado e vem influenciando os princípios e os valores educacionais em todos os níveis e categorias.

Diante dos fatos mencionados é evidente que a formação crítica vem sendo aos poucos substituída por uma formação tecnicista, em que o foco é apenas o currículo visando o mercado de trabalho, por isso disciplinas como Sociologia e Filosofia são muitas vezes vistas como desnecessárias ou como disciplinas que propagam ideologias (SENKEEVICS, 2012).

Ademais, na perspectiva neoliberal, é necessário transformar o sistema educacional e introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade dos professores e alunos e uma ampla reforma curricular. Nesse sentido, para a política neoliberal, a ineficiência de um mercado educacional comprometido torna possível compreender a crise de qualidade que invade as instituições escolares (GENTILI, 1996).

Frente a essa realidade as políticas neoliberais têm difundido um novo tipo de gerenciamento nas instituições educacionais e tornaram-se alvo de avaliações metódicas em larga escala, com atenção especial à produção de dados quantitativos. Dentro dessa ótica, as instituições educacionais devem ser passíveis de auditoria e avaliação que promovem a disputa entre escolas, entendidas como empresas que competem entre si e

por vezes, desvirtuam as premissas básicas da educação em função de uma menção avaliativa. (SENKEEVICS, 2012).

Nesse sentido, é pertinente mencionar que as mudanças ocorridas recentemente no âmbito educacional sofreram grande influência do mundo empresarial, pois nomenclaturas como competências e habilidades já eram corriqueiras entre gestores dos mais variados setores da economia e isso demonstra a necessidade que o governo tem de buscar modelos exitosos de gestão para adaptá-los as necessidades educacionais brasileiras, principalmente quando se observa os resultados desastrosos da eficiência na qualidade do ensino.

Deste modo, os professores são convidados a participar de uma disputa político mercantilista que busca de maneira incansável atingir um número mágico responsável por medir a qualidade da aprendizagem, tudo isso através de uma avaliação externa, enquanto paradoxalmente vendem a ideia de que há melhora na qualidade de ensino e mudança nos parâmetros avaliativos, ao mesmo tempo em que se exalta de forma involuntária a avaliação somativa em detrimento das demais.

Contudo, em meio a essa realidade muitos professores enfrentam a dificuldade de articular o que é pedido na avaliação externa com o conteúdo específico de cada disciplina e com isso alunos chegam no ensino médio com notas satisfatórias nas avaliações a qual foram submetidos mas, na prática, não adquirem conhecimentos básico para a continuidade dos estudos.

De acordo com Ferreira e Almeida (2024), a tendência de direcionar a formação dos professores exclusivamente para atender às demandas das avaliações externas pode ter implicações significativas para o desenvolvimento profissional dos educadores. Quando os programas de capacitação docente são ajustados apenas para melhorar o desempenho em testes específicos, outras áreas cruciais do desenvolvimento profissional, como habilidades pedagógicas inovadoras, estratégias de ensino diferenciadas e o apoio ao desenvolvimento socioemocional dos alunos, podem ser negligenciadas. Essa abordagem restritiva pode limitar a capacidade dos professores de adotar práticas pedagógicas diversificadas e adaptativas, prejudicando, portanto, a qualidade geral da educação que oferecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou o tema: O Paradoxo das Avaliações Externas, explorando como essas avaliações moldam as práticas curriculares, o impacto das avaliações externas nas políticas educacionais e a gestão escolar e a alocação de recursos. O foco foi analisar as implicações dessas avaliações, tanto positivas quanto negativas, e entender como elas influenciam a formulação e a implementação de políticas educacionais.

Os objetivos da pesquisa incluíram a avaliação das mudanças curriculares impulsionadas por avaliações externas, a análise da gestão e da alocação de recursos influenciadas por essas avaliações, e a consideração do impacto sobre a formação profissional dos professores. Estes objetivos foram alcançados ao examinar como as avaliações externas afetam o currículo, as práticas de gestão escolar, e as estratégias de desenvolvimento profissional, fornecendo uma visão abrangente dos efeitos dessas avaliações no sistema educacional.

Os resultados obtidos indicam que, enquanto as avaliações externas podem fornecer dados valiosos para a melhoria da qualidade educacional, elas também podem levar a efeitos colaterais indesejados. A pressão para melhorar os resultados pode resultar em um currículo mais restrito, uma gestão escolar focada excessivamente na preparação para testes, e desigualdades na alocação de recursos. Estes resultados confirmam que o impacto das avaliações externas é complexo e multifacetado, exigindo uma consideração cuidadosa na formulação de políticas educacionais.

REFERENCIAS

ALMEIDA, J., & Oliveira, A. (2024). Dados e Políticas Educacionais. Editora Acadêmica. p. 104.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. Brasília, 1996.

CHELTENS, P.; STROOPER, B.; KIVIPELTO, M.; HOLSTEGE, H.; CHÉTELAT, G.; TEUNISSEN, C.; CUMMINGS, J.; FLIER, W. Alzheimer's disease. *Lancet* (London, England), v. 397, p. 1577-1590, 2021.

CAPÍTULO 7

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A ESCOLA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A SALA DE AULA

Elizane Gomes do Espirito Santo Taques

Renata Aparecida Martins Romão

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

RESUMO

Discutem-se estratégias de interpretação dos resultados das avaliações para utilização no planejamento e realização de aulas de Matemática. Foram aplicados dois questionários: um inicial para conhecer o perfil de cada um dos professores e outro para saber a relação deles com as avaliações externas. Uma sequência de atividades para abordagem de conteúdos necessários é elaborada para ser apresentada e discutida com os professores num grupo focal quando poderão ser feitas alterações necessárias indicadas por eles. Para concluir a análise desse grupo focal será realizada uma entrevista com cada professor para verificação final da sequência didática. Além desses instrumentos foi utilizado o caderno de campo do pesquisador e documentos publicados pelos órgãos oficiais. **Palavras-chave:** Avaliações externas. Práticas pedagógicas. Sala de aula, Matemática.

REVISÃO TEÓRICA

As avaliações externas, que também são chamadas de avaliações em larga escala, são elaboradas, organizadas e realizadas por pessoas externas à escola, ao contrário das avaliações da aprendizagem em sala de aula, onde quem a elabora e realiza é alguém interno a escola. “Baseadas em testes de proficiência, as avaliações em larga escala

buscam aferir o desempenho dos alunos em habilidades consideradas fundamentais para cada disciplina e etapa de escolaridade avaliada.” (MINAS GERAIS, 2013, p.9).

A avaliação externa ou avaliação em larga escala, como é conhecida, é um dos principais instrumentos utilizados pelo governo para a implantação e elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino, fazendo com que escola e comunidade alterem suas ações e redirecionem o seu método de trabalho.

Neste contexto, para Oliveira e Rocha (2007), a avaliação externa tem sido, massivamente, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de possibilitar uma percepção mais ampla da realidade e contribuir para diagnosticar a situação da educação brasileira, visando sua melhoria quantitativa e qualitativa. Por isso é uma avaliação em larga escala. Com isso, a avaliação externa deve ser um ponto de partida, de apoio, um elemento a mais para repensar e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional (BLASIS, FALSARELLA e ALAVARSE, 2013).

Já com relação a educação, no contexto escolar, para Ferreira 2002,

(...) o ato de avaliar como procedimento sistemático, consciente, reverte-se de muito significado e importância, pois, é o meio através do qual se evidenciam o progresso do aluno, as mudanças de comportamento e indica as falhas no ensino-aprendizagem para o devido encaminhamento, seja relativo a pessoas, programas ou instituição. (Ferreira, 2002, p.9)

E é neste contexto, para acompanhar o desenvolvimento e crescimento do aluno, principalmente da aquisição de conhecimentos matemáticos que se esclarece que a avaliação não trata apenas de avaliar rendimento. Diz respeito ao acompanhamento do desenvolvimento e crescimento do aluno, principalmente da aquisição de conhecimentos matemáticos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, de acordo com (Vianna, 2005, p.84), “uma avaliação devidamente estruturada em nosso contexto educacional, teria grande impacto sobre a aprendizagem e o ensino, conforme ocorre em outros países conscientes da relevância desse problema para a qualidade da educação. ”. O professor deve compreender que o planejamento traça os caminhos, mas a avaliação auxilia no direcionamento da ação educativa.

REFERENCIAS

BLASIS E., FALSARELLA A. M., ALAVARSE O. M. Avaliação e Aprendizagem: Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. Coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. – São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013, 48p.

OLIVEIRA, M. A. M.; Rocha, G. (2007) Avaliação em larga escala no Brasil nos primeiros anos do ensino fundamental. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Cadernos Anpae (4), 11 - 14.

VIANA, M. C. V. O Processo de Ensino/Aprendizagem Sob Diferentes Olhares. Ed Amp. Ouro Preto: Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto. 2013.

VIANNA, H. M. Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO. Heraldo Marelim Vianna – Brasília: Plano Editora: 83p. 2003.

_____. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005.

MINAS GERAIS. Revista Pedagógica Matemática: 9º ano do Ensino Fundamental. Secretaria de Estado de Educação. SIMAVE/PROEB. ISSN 1983-0157. 2013.68p

CAPÍTULO 8

AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO CONTEXTO DO SAEB E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE E DO TRABALHO DOCENTE

Fatima Vieira Domiciano Fortunato

Iracema Luzia de Sales Souza

Helenice dos Santos Alves

RESUMO

Este texto trata de uma pesquisa bibliográfica que entrelaça políticas educacionais, currículo escolar e avaliação educacional no contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O objetivo geral foi compreender as implicações da avaliação externa do Saeb produzidas na prática pedagógica de professores(as) do 5º ano do Ensino Fundamental, em experiências que antecedem a aplicação da prova e que vêm repercutindo intensamente no seu ritmo de trabalho, nos sentimentos de afetação, influenciando, sobremaneira, na constituição da subjetividade docente. Os resultados elucidam que a narração de experiências cotidianas docente representa uma potente via de tessituras curriculares possíveis, que privilegiam a construção de saberes e conhecimentos pautados por uma racionalidade instituinte de formação, para além das lógicas hegemônicas dos sistemas de avaliação que acontecem nas escolas públicas da Educação Básica.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Políticas Educacionais. Educação Básica.

REVISÃO TEÓRICA

As dinâmicas geradas pelo Saeb, principalmente no que concerne à Prova Brasil,

aplicada no 5º ano do Ensino Fundamental, se situa neste texto sob o viés de quem está no cotidiano do trabalho pedagógico nas escolas públicas, no caso, pelo olhar e narrar dos(as) professores(as), que estão vivenciando as experiências docentes que antecedem a aplicação da prova e que vem repercutindo, muito intensamente, no seu ritmo de trabalho, bem como os sentimentos de afetação produzidos por esses contextos. Afinal de contas,

“[...] esses atores, no entanto, não só não recebem passivamente as orientações das políticas de avaliação como as interpretam, apropriam-se delas, reagem, interagem, produzindo suas próprias regulações, denominadas microrregulações” (LUCCHESI; CONTI, 2023, p. 376).

Assim, os(as) docentes influenciam e são influenciados(as) pelas dinâmicas e pelos modos de aplicação da Prova Brasil, refletindo modos de ser, pensar, fazer e saber que se transmutam na sua prática pedagógica.

A compreensão de afetação parte de duas perspectivas no campo filosófico: uma pautada na concepção de Spinoza (2020, p. 98), que concebe “[...] as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”, e a outra à luz de Larrosa Bondía (2002, p. 21), no sentido de experiência como algo que marca o sujeito, que, segundo suas palavras, “[...] a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.

Remontando um pouco na história sobre a constituição do sistema de avaliação da educação no Brasil, é possível percebermos que seus princípios e suas propostas orquestradas foram se modificando, paulatinamente, distanciando do seu projeto inicial, o que impactou fortemente a formação de professores(as), o contexto da prática pedagógica no cotidiano da escola. Isso refletiu nos processos de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento da qualidade da educação (PESTANA, 2016).

Diante do exposto, acreditamos ser relevante pensar que pesquisas e estudos vêm privilegiando os(as) professores(as) a partir da literatura e também do que narram, tomando por base o que fazem e pensam, além de estarem vivenciando no seu cotidiano as diferentes lógicas pelas quais se concretizam suas práticas avaliativas, seja no âmbito do Saeb, seja em outras tantas dimensões e práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, defendemos a tese de que os indicadores estatísticos revelados pelo Saeb nem sempre representam a aprendizagem que as crianças constroem nos processos de ensino e de aprendizagem. E o trabalho docente e a vida do(a) professor(a) se intensificam de tal modo que ele(a) acaba se tornando apenas um(a) cumpridor(a) de metas em busca de atingir determinados resultados que se espera que sejam alcançados. Contudo, esse(a) professor(a) não contribui para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que seja pautada por um processo de ensino e aprendizagem enriquecido, plural e significativo, com abordagens, estudos e práticas que façam sentido para as crianças e sejam guiados por um saber e saber-fazer caracterizado pelos saberes da experiência, da vida e do cotidiano dos sujeitos que fazem parte do processo de escolarização.

REFERENCIAS

B. de SPINOZA *Ética: Autêntica*, Belo Horizonte, 2020.

CAPÍTULO 9

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO CURRÍCULO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E GESTORES

Marenilza da Silva Nobres

Ana Paula Luiz Nascimento Machado

Maria Rosa de Oliveira

RESUMO

Este trabalho aborda a avaliação externa em larga escala na interface com o currículo escolar. Partimos do pressuposto de que as políticas de avaliação servem, dentre outros, para demarcar o que deve ser valorizado e ensinado nas escolas, uma vez que seu formato apresenta um forte potencial indutor. No entanto, pressupomos também que toda política, ao ser implementada, está sujeita a modificações seja pela interpretação e recriação dos sujeitos ou pelas condições estruturais e culturais que as materializam. Nesse sentido, consideramos imprescindível analisar como a avaliação externa está se concretizando nas escolas, bem como colocar em debate o que se entende por qualidade da educação, afinal as avaliações têm por discurso a melhoria da qualidade. Nossa defesa é em favor da qualidade social, cuja finalidade é promover uma formação ampla, assentada no tripé: acesso, permanência e aprendizagem significativa e sólida em múltiplas dimensões para todos e para cada um dos estudantes, seja qual for suas condições socioeconômicas e culturais. Portanto, saber quais as finalidades desse modelo de avaliação e com quais interesses está alinhado são indagações que necessitam ser esclarecidas. Pois, embora a literatura da área venha apontando os riscos que essas avaliações trazem, elas permanecem e já estão em sua terceira geração.

Palavras-chave: Avaliação externa em larga escala. Currículo escolar. Política de avaliação. Prova Brasil/Ideb.

REVISÃO TEÓRICA

Posto que “a escola não é um local ingênuo sob um sistema social qualquer, dela espera-se que cumpra uma determinada função”, torna-se pertinente perguntar sobre os propósitos que estão sendo atribuídos à educação escolar na atualidade (FREITAS, 2003, p. 14). Sabemos que as possibilidades de uma educação capaz de contrapor-se à função social excludente e de dominação historicamente presentes na “forma escola¹” que temos, dependem, dentre outras, das políticas públicas e das concepções de educação que estão sendo gestadas, as quais por sua vez são consubstanciadas pela realidade da organização social vigente, bem como, pela compreensão e compromisso dos protagonistas locais, circunscritas e acrescidas, pelos ditames das Organizações Multilaterais (OM).

As mudanças na educação, nos últimos anos, tiveram o objetivo de conformar o sistema educacional brasileiro ao processo de recomposição do capital diante da crise do modelo de produção e reprodução social da vida material, em todo o mundo (MACEDO, 2011, p. 24). O Estado constituiu-se em parceiro absoluto nessa tarefa, procurando garantir a formação de um trabalhador capaz de atender às demandas do mercado internacional. Em consonância com tal propósito, o governo brasileiro tem implementado políticas educacionais afirmando contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica. Dessa forma, o país toma a educação como um fator insubstituível do desenvolvimento econômico e do ajuste do trabalhador às novas exigências do mercado.

Por conseguinte, temos um contexto, onde a “qualidade” da educação está amparada legalmente na Constituição Federal e LDB e sua implementação se viabiliza por Políticas Educacionais elaboradas num cenário de racionalização de custos própria do neoliberalismo. Nesse cenário, surge o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, posto “como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de Políticas Públicas, responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem” (CASTRO, 2009, p. 273).

A consolidação da política de avaliação educacional no Brasil é considerada pelos seus defensores como “instrumento fundamental do processo de prestação de contas à sociedade e de enriquecimento do debate público sobre os desafios da educação no país” (CASTRO, 2009, p. 273).

Assim sendo, no cenário educacional brasileiro essas políticas de avaliação vêm se

intensificando nos sistemas e redes nos âmbitos estaduais e municipais; no entanto, sabemos que a discussão sobre avaliação não pode ser feita no isolamento, mas articulada, sobretudo às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, entendemos que as contribuições aqui tecidas não são conclusivas, esperamos que possam instigar e contribuir para que novas investigações sejam realizadas, pois entendemos que para a compreensão do objeto estudado há muito para ser desvelado. Nesse momento é urgente a “desocultação” da qualidade subjugada na avaliação externa de larga escala e a conseqüente “desocultação” do currículo, pois nele se encerra a intenção, embora velada, da qualidade supostamente a ser garantida por meio dessa política. E, a nosso ver, a qualidade impressa nessas políticas aposta numa escola como um bem de serviço. Finalizamos com a afirmação, resultado deste e de outros estudos: percebemos, nessas últimas décadas, o investimento em um discurso de escola como direito, obrigatória e inclusiva, que, contraditoriamente, por mais que se reconfigure, está permanentemente a excluir. A “forma escola”, apesar da aparente metamorfose e da falácia de melhoria da qualidade, ainda não é para todos, indistintamente, como se queira fazer acreditar.

REFERENCIAS

CASTRO, M. H. A consolidação da Política de Avaliação na Educação Básica no Brasil. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./ dez. 2009.

FREITAS, L. C. Ciclos, Seriação e Avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MACEDO, Jussara Marques de. A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010. 2011. 2 v., 494 f. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011.

CAPÍTULO 10

A PRÁTICA DOCENTE FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL

Leonice Máxima Nonato Ojeda

Selma Pereira Macedo

Maria Antônia Alves da Silva Reis

RESUMO

Os principais resultados revelam que as avaliações em larga escala realizadas desde a década de 1990 no país têm impactado as práticas pedagógicas. Diante disso, identifica-se a necessidade de revisitar a aplicação e a utilidade dessas avaliações na perspectiva da ação docente. A pesquisa contribui para estabelecer conexões entre as avaliações em larga escala e a prática docente, evidenciando como esses dois aspectos se complementam, com foco nos resultados das avaliações que visam aprimorar o ensino básico no Brasil. Assim, este estudo oferece insights valiosos para repensar a prática docente, a fim de tornar essas avaliações mais eficazes e promover uma educação de qualidade. **Palavras-chave:** Avaliação em larga escala. Prática docente. Educação básica. Efeitos pedagógicos. Qualidade educacional.

REVISÃO TEÓRICA

Ao pensar nos possíveis reflexos das avaliações em larga escala na prática docente, temos esse tipo de mensuração como ferramenta fundamental na busca pelo aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. Seus resultados devem desencadear uma reflexão organizada e sistemática sobre a prática educacional,

permitindo ajustes nas atividades pedagógicas em sala de aula e uma reavaliação dos objetivos estabelecidos, de modo a promover essa forma de avaliação não apenas como uma menção quantitativa do desempenho dos estudantes, mas como um meio de promover mudanças significativas no processo educativo.

Para entender a ascensão das avaliações em grande escala nos últimos anos, estudos recentes indicam que essas análises têm sido empregadas por governos, instituições e outras organizações para medir resultados e justificar a implementação de políticas públicas (UNESCO, 2019). A relevância deste artigo é destacada pelo crescente e constante uso dos resultados das avaliações de aprendizagem em larga escala ao longo das últimas décadas, tanto em âmbito global quanto nacional, e até mesmo no nível individual das escolas em nosso país (UNESCO, 2019).

Nesse cenário, surgem questões pertinentes relacionadas a essa temática, sendo que nos últimos anos, no Brasil, tem-se dado destaque ao uso dos resultados das avaliações em larga escala para analisar os diferentes contextos educacionais.

Nesse mesmo sentido, Villas Boas (2007) destaca que a avaliação formativa se fundamenta na utilização de todas as informações disponíveis sobre o aluno para assegurar sua aprendizagem. Nessa abordagem, a interação constante entre professor e aluno ao longo do período de ensino constitui uma fonte valiosa de dados, proporcionando oportunidades para a coleta de diversas informações relevantes para o processo de ensino-aprendizagem. O professor desempenha um papel crucial ao identificar, registrar e empregar esses dados em benefício da aprendizagem dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre como as escolas analisam e utilizam os resultados de suas práticas consolidadas na Prova Brasil e no Ideb, além de incentivar a apropriação competente desses resultados pelos profissionais da educação, são condições essenciais para garantir a melhoria da qualidade das instituições de ensino. Somente por meio desse viés, as escolas podem se tornar verdadeiros espaços de transformação, não apenas no desenvolvimento intelectual dos estudantes, mas também em suas atitudes e, por conseguinte, nas realidades sociais em que estão inseridos. Manter esse objetivo em mente deve ser o cerne de toda política educacional.

REFERENCIAS

UNESCO. A promessa das avaliações de aprendizagem em larga escala: reconhecer os limites para desbloquear oportunidades. Paris: UNESCO, 2019. 85 p. Disponível em:<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372615>. Acesso em: 14 de abr. 2024.

VILLAS BOAS, B. M. de F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

VILLAS BOAS. B. M. de F. A avaliação na escola. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007.

CAPÍTULO 11

PERCEPÇÕES E IMPACTOS SOBRE DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO INTERIOR DAS ESCOLAS

Adriana Leite da Silva

Patrícia Pereira da Silva

Viviane da Costa Santos

RESUMO

As avaliações externas têm como objetivo compreender os níveis de dificuldades dos estudantes e vêm servindo de molde a promoção de políticas públicas para a educação, seja na formação de professores ou até em ações diretas nas escolas. No entanto, o processo que teria o propósito de análise e mudança das ações educativas é consumido pela necessidade da apresentação de bons resultados. Nesse sentido, surge o objetivo geral desta pesquisa: analisar a influência das avaliações externas no contexto escolar, especificamente, nas práticas pedagógicas em sala de aula. Para isso, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e entrevista com a coordenadora da instituição para levantamento de dados. O referencial teórico baseia-se em Cerdeira (2018), Paiva (2015), Silva (2015). Esse tema é relevante, pois diante das reformas educacionais, da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do atual cenário político, as avaliações externas estão passando por reformulações, objetivando a padronização e integração em um único sistema de avaliação. Os resultados encontrados demonstraram que essas avaliações interferem na organização do trabalho pedagógico dos professores, principalmente no que concerne à elaboração das avaliações das aprendizagens.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Avaliações das Aprendizagem. Trabalho Pedagógico.

REVISÃO TEÓRICA

Avaliar é uma prática do contexto escolar. De acordo com Paiva (2015), considerando os sujeitos do processo avaliativo podemos classificar as avaliações em internas e externas. As internas são “conduzidas por sujeitos diretamente participantes das ações avaliadas”, enquanto as externas são “conduzidas por sujeitos externos e independentes da formulação, implementação ou dos resultados da ação avaliada”.

Segundo a autora, as avaliações internas podem ser divididas em: avaliação das aprendizagens que ocorre dentro de sala de aula e é realizada pelo professor com os alunos e a avaliação institucional - a autoavaliação da instituição - que pode e deve ocorrer com a participação da comunidade escolar, tendo como um dos objetivos retroalimentar a qualidade do ensino nas escolas, a partir do estabelecimento de critérios e parâmetros capazes de refletir compromissos sociais na educação. Já com relação às avaliações externas, pode-se afirmar que são construídas a partir de uma análise “macro” para o “micro”, partindo de uma pesquisa em larga escala de forma a guiar mudanças para as realidades escolares. Essas avaliações

têm como características, entre outras, a definição de uma matriz de avaliação – na qual são especificados os objetos de avaliação – e o emprego de provas padronizadas – condição para que sejam obtidos resultados mais objetivos e efetuadas comparações entre redes e escolas, tanto transversal quanto longitudinalmente (ALAVARSE, BRAVO; MACHADO, 2013, p. 17).

Outro marco do SAEB foi em 2007, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o INEP, é uma ferramenta condutora de política pública em prol da qualidade da educação, pois possibilita a criação de metas para a melhoria do ensino e da aprendizagem a partir do resultado de dois conceitos importantes: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que as avaliações externas estão, consideravelmente, interferindo na organização do trabalho pedagógico, em especial, na elaboração das avaliações das aprendizagens, seja em linguagem e/ou formato. Com isso, acabam influenciando o

processo avaliativo a ir na contramão de uma avaliação formativa e processual, além de priorizar os conteúdos exigidos nas avaliações externas em detrimento de outros.

É importante que os resultados das avaliações externas e das aprendizagens sejam utilizados para retomar os conteúdos, priorizando a aprendizagem dos estudantes, realizando reagrupamentos e reforços escolares. Descarta-se o uso desses resultados para premiação, certificação ou ranqueamento de estudantes e escolas, os quais consideram como mais importante o produto e resultado: a nota, unicamente.

REFERENCIAS

CERDEIRA, Diana Gomes da Silva. Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 34, n. 2, 2018 p. 613-634.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Avaliação em destaque. Disponível em: Acesso em: out. 2019 LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E. P. U., 1986.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. Teorias e conceitos da avaliação: faces e entrelaces In: PAIVA, Liz Denize Carvalho. Autoavaliação institucional: perspectivas no âmbito dos Institutos Federais. Curitiba: Appris, 2015, p. 31-50.

CAPÍTULO 12

AS IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Sueleide Pereira Lima
Ligiane Oliveira dos Santos Souza
Sandra Moreno de Assis Santos

RESUMO

Avaliar é uma atividade humana e ocorre em qualquer fase da vida, seja acadêmica ou profissional. Todavia, muitas vezes, ela é como sinônimo de pressão, ameaças, medos, formas coercitivas dentre outras e no contexto escolar não poderia ser diferente, ainda mais quando nos referimos às avaliações de larga escala. Considerando esse cenário, essa pesquisa tem como objetivo compreender, a partir das vozes dos professores, como as avaliações externas interferem no ambiente escolar. Tem ainda como objetivos específicos: I – Identificar como os professores concebem a avaliação; e, II – compreender como os sujeitos são afetados pelas avaliações externas. Para isso, realizamos as entrevistas com duas professoras dos anos iniciais, de ambas as realidades, uma da rede pública e outra da rede privada do município de Itatiba que passam, constantemente, pelas avaliações Prova Brasil, Ana, SARESP, dentre outras. Os resultados demonstram que a avaliação enquanto mediação está presente no trabalho das docentes, porém o discurso neoliberal das avaliações externas impacta seriamente o planejamento e as práticas de sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Prova Brasil; ANA.

REVISÃO TEÓRICA

Na perspectiva de Hoffmann (1993), do ponto de vista teórico, o campo da avaliação é extremamente amplo. Segundo a autora, há diferentes formas de se olhar para a avaliação: 1) de um lado a avaliação mediadora que busca avaliar diferentes situações de aprendizagens, acompanhando o desenvolvimento dos estudantes de forma contínua e utilizando o erro como parte do processo; 2) por outro lado, a avaliação classificatória, uma das práticas que ainda permeia dentro da educação e está associada a práticas de verificação de respostas certas e erradas, tomando decisões de aprovação ou reprovação de cada série.

Hoffmann (1993), defende a primeira e alerta sobre os perigos do saudosismo desse último tipo de avaliação, na qual se legitima uma escola elitista, com bases no capitalismo e que reforça desigualdades sociais, na permanência nessa pirâmide social. Dentre as definições das avaliações, principalmente da recorrente avaliação classificatória, apresentamos uma ideia defendida por Luckesi (1999) quando ele intitula a existência de uma pedagogia do exame devido a importância que as avaliações tiveram no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem em todos os anos escolares. Historicamente, as práticas escolares estão intrinsecamente ligadas às ações avaliativas, isto é, “O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/ aprendizagem” (LUCKESI, 1999, p. 18).

Contudo, essa didática pedagógica gera consequências:

1) pedagogicamente, limita as atenções justamente nos exames desviando as avaliações de suas funções verdadeiras;

2) psicologicamente, desenvolve a potencialização de submissão dos alunos, o que segundo Luckesi (1999), é a pior forma de controle, pois a pessoa torna-se presa em si mesmo;

3) sociologicamente, o termo utilizado pelo escritor em questão foi que a avaliação foi fetichizada para fazer uma seletividade social, mantendo a desigualdade.

Nesse sentido, as provas têm como maiores objetivos reprovar os alunos do que promover de fato o ensino e aprendizagem de qualidade como visam a maioria das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o fato de que as avaliações externas influenciam na prática pedagógica dos professores, sejam eles de escolas públicas ou privadas, municipais ou estaduais e que essas interferências irão afetar no ensino-aprendizagem das nossas crianças e adolescentes na fase da escolarização básica. Através dos nossos estudos e dos aportes teóricos da área, foi possível ver no dia a dia do professor essas interferências no seu planejamento pedagógico. Observamos que a avaliação formativa possui um caráter dinâmico, dialógico, rico de possibilidades, capaz de problematizar e ser uma aliada na construção do conhecimento. Esse tipo de avaliação é pensada como um processo contínuo e não como números e medidas como se apresentam as avaliações externas. A grande realidade é que por mais que existam inúmeros estudos sobre as avaliações, ainda nos deparamos com um cenário que não favorece nossos educandos e nem a nossa educação de qualidade. Ela é, muitas vezes, utilizada como instrumento de poder e punição ou de competitividade, como se apresentam as avaliações externas.

REFERENCIAS

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: Mito & Desafio: Uma perspectiva construtivista. 10. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade e livros, 1991, 120 p. 20

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 4^a ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993, 200 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999, 182p.

LUCKESI. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Pátio, Rio Grande do Sul, n.12, p. 6-11, fev/mar. 2000.

CAPÍTULO 13

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Maria Antônia Alves da Silva Reis

Leonice Máxima Nonato Ojeda

Selma Pereira Macedo

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar pesquisas veiculadas por canais de divulgação científica, disponíveis na internet, com foco na avaliação da alfabetização. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoa de nível Superior (Periódicos Capes) e o Google Acadêmico (GA), utilizando no campo de busca por assunto as expressões: instrumento de avaliação da alfabetização e avaliação da compreensão em leitura.

Palavras-chave: Instrumento, Avaliação, Alfabetização.

REVISÃO TEÓRICA

No processo avaliativo não se pode exigir da criança, por exemplo, a capacidade de relacionar conhecimentos e experiências se no cotidiano escolar o processo de alfabetização se limita a decodificação e codificação da língua culta, desconsiderando a realidade de grande parte dos alunos. O fracasso, nesse contexto, não está associado à complexidade do processo de alfabetização, mas à forma que ele é concebido, conduzido e avaliado. Libâneo (1994) analisa que ao cumprir sua função pedagógica-didática, a

avaliação permite que o professor reflita sobre o nível de qualidade de seu trabalho, o que no âmbito da sala de aula permitiria a recondução de suas práticas e, em uma escala macro, iria de encontro às injustiças relacionadas à padronização do conhecimento – deslocando a atenção ao ser que aprende (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999) – e da avaliação.

A pesquisa se deu em algumas bases de dados online alcançando um número extenso de resultados - antes da triagem foram encontradas nas três bases de dados um total de 1.287.469 pesquisas. Ao aplicar os critérios estabelecidos chegou-se a um total de 6 trabalhos. Como visto, as pesquisas sobre instrumentos de avaliação da aprendizagem têm a recorrência de estudos desta natureza tanto na área da fonoaudiologia quanto na psicologia.

Como um dos interesses relacionados à referida investigação se associa a possibilidade de utilizar algum dos instrumentos encontrados na avaliação de crianças alfabetizadas no âmbito da metodologia Synapse, o teste de Cloze (Taylor, 1953) se apresenta como opção para medir a compreensão em leitura, como visto na presente pesquisa em estudos que consideram sua validade, a exemplo do trabalho de Santos e Monteiro (2016).

O instrumento seria útil, no sentido de que o texto base poderia vir atrelado a um dos eixos que mais se faz presente na metodologia Synapse, a contextualização. Dessa forma, o texto poderia trazer aspectos da realidade sociocultural dos alunos. Entretanto, de acordo Oliveira, Lúcio e Miguel (2016) o instrumento ainda não está sendo comercializado, e somente pode ser acessado em artigos científicos e/ou capítulos de livro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diante dos resultados proporcionados pela avaliação formativa os professores evidenciam desejos de mudar sua prática avaliativa, que demandaria em repensar a função da escola e suas relações com a sociedade. O presente estudo realiza um levantamento, por meio de uma revisão sistemática, de pesquisas brasileiras que fizeram uso de instrumentos de avaliação para qualificar a aprendizagem em leitura e escrita. Embora o foco de interesse fosse à alfabetização, foram identificados e analisados estudos que trazem instrumentos que podem ser utilizados na avaliação de alunos em diferentes etapas do processo de escolarização

REFERENCIAS

BALIZA, Aline Araújo; SILVA, Diego Vinícius. Avaliação da compreensão em leitura a estudantes do ensino fundamental. *Lumen: Educare*, v. 1, n. 1, p. 93-114, 2015. Disponível em: <https://unasp.emnuvens.com.br/lumen/article/view/579>. Acesso em 25 de jun. 2020.

BRASIL. Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica (Ideb). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Brasília, 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 26 jul.2020.

CARVALHO, Lucas de Francisco et al. Aplicação da TRI em uma medida de avaliação da compreensão de leitura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 47-57, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000100006. Acesso em: 22 jun. 2020. FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KIDA, Adriana de Souza Batista et al. Influência da modalidade de reconto na avaliação do desempenho de escolares em compreensão leitora. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 32, n. 4, p. 605-615, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000400605eleng=pt Acesso em: 20 jun. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. – São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Rosa de Oliveira

Marenilza da Silva Nobres

Ana Paula Luiz Nascimento Machado

RESUMO

O objetivo geral do trabalho foi compreender as concepções de avaliação da aprendizagem, utilizadas pelos docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental e sua relação com a avaliação formativa do educando. E os específicos visam discutir elementos teóricos que embasam as concepções de avaliação da aprendizagem e da avaliação numa perspectiva formativa, conceituar as diferentes concepções de avaliação da aprendizagem utilizadas nos iniciais do Ensino Fundamental e caracterizar as diferentes formas de avaliação utilizadas pelos docentes nos anos iniciais do ensino fundamental no processo de alfabetização e letramento. A pesquisa foi realizada a partir da revisão bibliográfica com aporte teórico dos autores; Cagliari (2017), Ferreira (2016), Freire (1997), dentre outros.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Avaliação Formativa. Concepção dos Professores.

REVISÃO TEÓRICA

Nos anos iniciais há um consenso entre os professores do ensino fundamental que os principais desafios do processo de ensino-aprendizagem são a leitura e a escrita, de

modo que representam possibilidades no acesso à educação de qualidade quando os alunos aprendem mais rápido, pois essas práticas proporcionam melhorias na captação das informações ministradas em sala de aula (ZABALA, 2013).

Com a interferência do professor eles recebem a forma das letras da sociedade e as adotam tal e qual. Começam aí os conflitos particulares: ela descobre que não basta uma letra ou sinal ou traço para representar uma sílaba, a quantidade de sons não corresponde à quantidade de letras e vice-versa (CAGLIARI, 2017).

Devemos compreender então, que a este aprendiz não é algo onde inscrevemos letras, palavras segundo determinado método, mas devemos aceitar que toda informação assimilada por ela deve ser trabalhada. Se não for assim, ele chega à convicção que o conhecimento não é algo participativo, mas já estabelecido, imutável. Ele chega letrada à escola, envolvida com a escrita, conhece logotipos, sinais do ambiente onde está inserida (KRAMER, 2016, p. 31).

Na escola, este conhecimento vai ser formalizado, a criança vai ser alfabetizada. Cabe ao professor interferir, mediar estas informações que a criança traz dentro de sua realidade, respeitando principalmente seus limites. Os métodos de alfabetização alternam-se em um movimento pendular: a opção pelo princípio da síntese – a alfabetização a partir das unidades menores da língua – os fonemas, as sílabas em direção às unidades maiores – a palavra, a frase, o texto (método fônico, método silábico) ou a opção pelo princípio da análise, a alfabetização parte das unidades maiores e portadoras de sentido – a palavra, a frase, o texto – em direção às unidades menores (método da palavração, método da sentencição, método global) (ORLANDI, 2016).

O indivíduo alfabetiza-se (toma conhecimento do sistema alfabético e ortográfico) em situações de letramento – no contexto de e por meio de interação, de sua participação em práticas sociais de leitura e escrita. O alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando, integrando e articulando as várias facetas do processo de aprendizagem é o caminho para a superação dos problemas que vimos enfrentando na escolarização. “Com base na teoria de Piaget, o processo pelo qual o indivíduo aprende a ler e escrever e mostra que, para a língua escrita, a criança precisa construir resposta para duas questões: o que a escrita representa e como ela representa” (SILVA, 2015, p. 64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da avaliação da aprendizagem ainda distorce dos preceitos da LDB no qual verifica-se que a maioria dos professores utiliza a avaliação como um instrumento quantitativo, classificando os seus alunos em médias finais, não sendo estes avaliados por sua qualidade, ficando reféns de resultados de testes que são realizados para medir o grau de captação de conteúdos ministrados em sala de aula, desfocando da função real da avaliação da aprendizagem que é de medir os conhecimentos como um todo.

Na maioria dos casos, o estudante pode não se enquadrar na expectativa do processo educacional, acabando por interiorizar a concepção de que não é capaz de avançar, crescer, segundo as suas potencialidades, por conta de um sistema de classificação que o determina se é fraco ou forte, selecionando-o a prosseguir ou fracassar com os estudos.

REFERENCIAS

CAGLIARI, Luís Carlos. Alfabetização e Linguística. 19. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2017.

KRAMER, S. Leitura e Escrita como Experiência: notas sobre seu papel na formação. 16. ed. São Paulo: DP&A Editora, 2017.

ORLANDI, E.; OTONI, P. (orgs). Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez, 2016, p. 209.

CAPÍTULO 15

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Viviane da Costa Santos

Patrícia Pereira da Silva

Adriana Leite da Silva

RESUMO

Procurou-se nesta pesquisa explorar os aspectos dos processos alfabetização e do letramento, entendidos como dois processos interdependentes e indissociáveis. Este estudo tem o objetivo de entender os dois principais métodos destinados a alfabetização, que causaram polarização por muito tempo entre os educadores no Brasil: o método sintético e o método analítico. A metodologia empregada foi uma revisão bibliográfica, de cunho exploratório, de caráter qualitativo, e os materiais pesquisados foram monografias, teses e dissertações, publicadas na língua portuguesa, e arquivadas sob formato de arquivo digital, cujos meios de acesso foram o portal Google Acadêmico.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Anos Iniciais. Ensino Fundamental.

REVISÃO TEÓRICA

Os anos iniciais são de vital importância na vida estudantil da criança, pois neles toma conhecimento da formalização da fala, conhecendo os signos dos sons e aprendendo a moldá-los para representar graficamente os sons a que ela já faz uso cotidianamente, sendo este contato grafo fônico sua inserção no mundo escrito, uma vez que a leitura e a

escrita são os códigos que lhe darão acesso a toda informação existente e catalogada, bem como a chave para produzir informação e recreação.

Sobre o processo ensino/aprendizagem da escrita Lotch (2016) afirma: “Além dos alunos precisarem entender as letras e os sons, é importante que sejam ensinados de forma significativa, o que possibilita estabelecer relações com a linguagem” (LOTSCH, 2016, p.43). E alerta para que os professores se esforcem por compreender os aspectos socioculturais, bem como psicológicos, de seus alunos, para que a linguagem e o conhecimento aconteçam, e que deve ficar claro que todas as letras do alfabeto devem ser aprendidas pela criança, “porém, tudo que se ensina, como letras do alfabeto e construção de palavras, deve ser contextualizado e não desprovido de sentido” (LOTSCH, 2016, p.43).

Sendo assim, Soares e Batista (2005) afirma que:

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita. (SOARES e BATISTA 2005, p.24).

Já Soares e Batista (2005) aborda que “O conceito de letramento surgiu de uma ampliação progressiva do próprio conceito de alfabetização”, ela ainda relata segundo o dicionário que alfabetização é o “ato ou efeito de alfabetizar, de 4 ensinar as primeiras letras”, e para uma pessoa ser alfabetizada, ela precisa ter o domínio das “primeiras letras”. Assim sendo, ao dominar essa prática, ela passa a desenvolver suas habilidades básicas na leitura e escrita (ler e escrever). Pois, a alfabetização vai sendo desenvolvida a cada momento, e hoje, é necessário que o educando saiba usar a linguagem escrita para mostrar que está sendo alfabetizado (SOARES e BATISTA, 2005, p.47).

Ao entender que a alfabetização é um processo que precisa ter o envolvimento da escola, professor, aluno e família, devemos nos posicionar para que tenham um ambiente alfabetizador compromissado com a qualidade do ensino, e que os docentes busquem metodologias condizente e envolvente com as necessidades dos seus educandos, pois, segundo descreve Cury (2016, p. 59) que “uma criança de sete anos de idade tem mais informações hoje do que tinha um imperador romano quando governava o mundo”. Por isso, é importante que o educador tenha consigo o conhecimento da importância de alfabetizar e letrar uma criança de maneira correta, pois o que busca é a aprendizagem

das crianças, para que estas não cheguem na fase adulta sem ter o domínio da leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na alfabetização nem todos os métodos servem para todos os perfis de alunos. Deve o professor conhecê-los todos e saber aplicá-los na medida que se faça necessário, segundo sua interpretação e escolha como resposta à uma necessidade específica, do momento ou do aluno.

Deve-se desenvolver o processo de alfabetização em simultâneo com o processo de letramento com a finalidade de se obter êxito ao preparar pessoas para o mundo estruturado na escrita, onde, além de fazer uso da notação alfabética a pessoa também esteja hábil para interpretar o que lê levando em conta o ambiente para o qual se produziu aquele texto, e saiba também, interagir com este meio formal.

REFERENCIAS

LOTSCH, V.O; Alfabetização e letramento I, [recurso eletrônico], São Paulo, Cengage, 2016.

MARTORELL, Gabriela, desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência, amagh, Porto Alegre, 2014

SOARES, M.B, A proposta de ensino e avaliação de alfabetização em Lagoa Santa, Minas Gerais, entrevista concedida à LEAL, T.F e MOURAIS, A.T, para Em aberto, Brasília, v.33, n. 108. P. 191-201, maio/ago. 2020.

SOARES, M, B., A reinvenção da alfabetização, Parte de palestra proferida na FAE UFMG, em 26/05/2003, na programação "Sexta na Pós". Transcrição e edição de José Miguel Teixeira de Carvalho e Graça Paulino. Imagem: O fazedor de palavras - Lúcia Castelo Branco (poema) e Maria José Boaventura / Liliane Dardot (ilustração), p.15, Belo Horizonte, 2003.

CAPÍTULO 16

A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: A PRÁTICA DO REGISTRO

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Elizane Gomes do Espirito Santo Taques

Renata Aparecida Martins Romão

RESUMO

Sabendo das especificidades de cada aluno e que nem todos possuem o mesmo ritmo de aprendizagem, avaliar se faz necessário para observar qual aluno está precisando de um olhar mais cuidadoso, o que está interferindo em seu processo de aprendizagem e em que podemos intervir. Destaca-se a relevância do registro no processo de alfabetização, a julgar pelos alunos que ainda não desenvolveram determinadas habilidades do Sistema de Escrita Alfabética, principalmente com destaque para aqueles alunos que tem maior número de faltas. Assim, o registro enquanto ferramenta de avaliativo é um forte instrumento de análise da turma, por permitir obter uma radiografia, isto é, um diagnóstico completo sobre cada educando.

Palavras-chave: Avaliação, Registro, Alfabetização.

REVISÃO TEÓRICA

O primeiro passo almejado pelas crianças que ingressam no ensino fundamental, é a alfabetização. E esse processo de alfabetização é resultado de um conjunto de habilidades, como bem ressalta Soares (2011). Ou seja, não é apenas decifrar um código, vai muito além da mera codificação e decodificação, e além disso, exige-se um esforço interno de compreensão que demanda tempo para ser desenvolvido.

Soares (2011, p. 16, grifo nosso), enfatiza que a alfabetização “[...] é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito”. Além de codificar/decodificar, a alfabetização também é entender, é sentir, é se expressar e relacionar.

Desse modo, a alfabetização é a vivência enquanto sujeito dessa língua escrita, pois a criança é um ser cognoscente, isto é, que integra a língua e está aberta a aprendê-la. No entanto, para que a criança possa ser alfabetizada, é necessário que o processo de ensino tenha significado para ela, do contrário, será apenas um amontoado de informações que não resultará na sua aprendizagem. Pensando nisso, no ensino significativo para a criança, compreendemos, assim como Moraes (2012), que não podemos dissociar o processo de alfabetização do letramento.

Conforme Fontes e Benevides (2013, p.8) o letramento é o processo de “[...] inserir e familiarizar a criança com as diversas práticas e usos sociais da leitura e da escrita que se concretizam através da apropriação e uso dessas dentro da sociedade [...]”. Sendo por meio do letramento, que tornamos a alfabetização um processo significativo para as crianças. Durante muitos anos a alfabetização limitava-se concepção de decorar a correspondência entre fonemas e grafemas. A criança era concebida como um mero ser receptor, incapaz de opinar e participar ativamente do próprio processo de construção do conhecimento. Com a chegada da teoria do construtivismo, no Brasil, na década de 1980, com os estudos de Emília Fereiro, o conceito de alfabetização e as práticas pedagógicas passam por transformações, a criança passa a ser vista, como um ser cognoscente, que está aberta a aprender, que é capaz de opinar, a ter a oportunidade de participar do seu próprio de aprendizagem, tendo em vista que esta teoria orienta que os processos de mediação pedagógica valorizem a participação do sujeito aprendente e considere a criança como sujeito histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro enquanto ferramenta utilizada no processo avaliativo é um importante instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica e de análise das dificuldades e êxitos de cada aluno. Com base no registro das aprendizagens dos alunos, torna-se possível avaliar o aluno em sua complexidade, por registrar cada passo, cada conquista e

até mesmo identificar fatores externos que influenciam no desenvolvimento da aprendizagem do educando.

Destacamos a relevância desse estudo no campo da educação e na construção de uma avaliação diagnóstica e mediadora. O registro enquanto ferramenta do processo avaliativo é um forte instrumento de análise da turma, por permitir obter uma radiografia, isto é, um diagnóstico completo sobre cada educando, favorecendo assim, intervir e mediar pedagogicamente nos pontos frágeis para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

REFERENCIAS

FONSECA, Emylle Barros de Almeida. O papel da avaliação no processo de aprendizagem dos alunos em fase alfabetização. 2015. 95 p. (Monografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Pau dos Ferros/RN, 2015.

FONTES, Francicleide Cesário de Oliveira; BENEVIDES, Araceli Sobreira. Alfabetização de Crianças: dos métodos à alfabetização em uma perspectiva de letramento. 2013.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPÍTULO 17

AVALIAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO: AVALIAR OU PROMOVER?

Helenice dos Santos Alves

Fatima Vieira Domiciano Fortunato

Iracema Luzia de Sales Souza

RESUMO

Este trabalho é um estudo de diferentes concepções sobre avaliação, alfabetização e letramento com o objetivo de promover um pensamento sobre o processo avaliativo dentro do ciclo de alfabetização. As concepções de Magda Soares(2012), Cagliari(2009)e Luckesi (2002) fazem parte desse estudo, orientando uma reflexão dialógica da prática pedagógica de professores, principalmente os alfabetizadores. Nesse sentido se faz necessário uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão com o objetivo de despertar novas pesquisas na área e no fazer pedagógico em sala de aula, fomentando subsídios teórico-práticos para os docentes e para a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Anos Iniciais. Avaliação da Aprendizagem. Práticas Pedagógicas.

REVISÃO TEÓRICA

Para além de uma série, a alfabetização é a base da formação humana, o início de uma vida repleta de descobertas no imenso universo de letras e números. Alfabetizar como ato de ensinar a ler e escrever é o ponto de partida de todos os outros saberes, é a partir dela que a criança passa a se encantar com aquilo que aprende e descobre. Nesse contexto, percebe-se a importância de investigar o processo avaliativo e suas implicações para a formação da criança na alfabetização.

Avançando um pouco mais em suas análises, a autora retrata o espaço social do Brasil República, anunciado como uma nova era de direitos para os brasileiros e sua cidadania. Porém, neste fim de século havia uma delimitação entre os que poderiam ou não estar exercendo sua cidadania. A cidadania era concedida, porém não exercida por todos, pois muitos não possuíam as “condições mínimas necessárias” para ser cidadão. O cidadão brasileiro não exercia sua cidadania, pois não tinha a escolarização necessária para tal, mesmo que essa cidadania lhe fosse garantida por direito em Constituição (SILVA,1998,p. 23).

Oliveira (2013) também escreve sobre a alfabetização no Brasil. De acordo com o autor, as discussões sobre alfabetização iniciaram a partir do século XVIII até a década de 1960. Porém, esses primeiros debates restringiam-se ao ‘campo metodológico’ do alfabetizar, ou seja, aos métodos, ainda sem base empírica ou científica adequada. (OLIVEIRA, 2013, p. 23) Buscou-se saber qual o melhor método de alfabetização: o analítico (do global para o específico, a saber, texto –frase –palavra – sílaba –letra) ou sintético (do específico para o global, a saber, letra –sílaba –palavra – frase –texto).

Afirma Luckesi (2002, p. 84) “Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva.” Ou seja, toda e qualquer avaliação escolar não deve selecionar e classificar alunos de acordo com seus rendimentos em testes e/ou exames, acima disso está o caráter inclusivo e diagnóstico do ato de avaliar. Inclusivo por envolver todos os sujeitos escolares, principalmente os alunos, os pais e os professores, e diagnóstico por desempenhar a função de (re)conhecer esses sujeitos participantes e orientá-los no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta perspectiva, a prática do ensino voltado apenas para o bom desempenho em provas e exames aplicados a nível nacional não é aceitável. É válido considerar a existência de tal prática em várias escolas brasileiras, porém, tendo em vista a função social e pedagógica do/a professor/a, cabe uma reflexão dialógica e profunda sobre

a educação, o ensino e a aprendizagem a fim de garantir o direito de todas as crianças serem alfabetizadas na idade certa.

REFERENCIAS

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. *EccoS Revista Científica*, vol. 4, núm. 2, dezembro, 2002, pp. 79-88.

OLIVEIRA, J. B. A. Alfabetização no Brasil. *Revista USP. São Paulo*. n. 100. p. 21-32. Dezembro/Janeiro/Fevereiro. 2013-2014.

OLIVEIRA, J. B. A. Avaliação em Alfabetização. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 375-382, jul./set. 2005.

SILVA, M. V. História da Alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. Tese de doutorado. UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 1998.

CAPÍTULO 18

A AVALIAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A QUALIDADE EDUCACIONAL POR MEIO DA PROVINHA BRASIL

Sandra Moreno de Assis Santos

Maria Sueleide Pereira Lima

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão acerca da avaliação nas turmas de alfabetização, mais especificamente no 2º ano, à luz do instrumento de avaliação que é fornecido pelo Ministério da Educação (MEC) para as escolas públicas – Provinha Brasil. Para tanto, além de fazer uma abordagem sobre o que significa o ato de avaliar, enfoca o significado dos processos de alfabetização e letramento. O que é então estar alfabetizado e letrado? Sendo esta avaliação de caráter diagnóstico, presta-se à condição de instrumento pedagógico, fornecendo aos professores um direcionamento de sua prática em sala de aula

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Provinha Brasil. Alfabetização.

REVISÃO TEÓRICA

De acordo com Soares (2003), alfabetização e letramento são processos indissociáveis, pois a ascensão da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá, concomitantemente, por estes dois artifícios: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso social, com atividades de vida prática que envolva leitura e escrita – o letramento.

Consoante Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem escolar somada ao planejamento e à ação docente compõem o algoritmo da educação formal. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem serve como uma ação pedagógica de acompanhamento do ensino na busca dos resultados desejados. Compreendemos a necessidade de enfatizar que a avaliação não é neutra, avaliamos com um propósito, avaliamos para tomar decisões. Portanto, o ato de avaliar pode ser entendido como um conjunto de procedimentos e processos de coleta de informações, realizado com o objetivo de desencadear um (re) planejamento e intervenções das ações que não tiveram seus objetivos atingidos.

Avaliação em sua etimologia significa atribuir valor a um objeto. No caso da sala de aula, esse valor pode ser atribuído ao comportamento do aluno em relação às expectativas de aprendizagem elaboradas pela instituição. O professor usa várias formas para avaliar a aprendizagem de seus alunos, verificando se os objetivos elaborados no planejamento estão sendo atingidos. Nessa lógica, ao elaborar uma avaliação, ele deve ter claro o que irá avaliar. Destarte, quando se define o que será avaliado, é possível escolher os instrumentos que mais se ajustam aos objetivos de ensino.

A alfabetização seria um processo de representação de fonema em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler) [...] Sem dúvidas a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se considera “alfabetizada” uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros, “lendo”, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se considera “alfabetizada” uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito (SOARES, 2003, p. 16).

O processo de Alfabetização possui suas especificidades, a criança precisa desenvolver variadas habilidades para adquirir o sistema alfabético, como, por exemplo: as convenções gráficas (se escreve de cima para baixo, da esquerda para direita), a relação entre letra e som, contato com material escrito e o desenvolvimento da compreensão oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda, o estudo tem nos revelado a importância da compreensão, por parte dos educadores, sobre os processos de alfabetização e letramento como elementos

indissociáveis. Indubitavelmente, a pesquisa revela a importância do papel da avaliação diagnóstica, visto que a mesma fornece elementos para tomada de decisões, permitindo intervenções mais precisas ao longo do processo escolar, na busca da aprendizagem desejada. A avaliação, nesse sentido, tem o predomínio da reflexão e da ação, a busca de estratégias e aplicabilidade prática nas ações pedagógicas.

REFERENCIAS

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

CAPÍTULO 19

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O “BATER DO MARTELO” COM A TERMINALIDADE ESPECÍFICA PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos

Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes

Cícera Edileusa dos Santos

Alessandra Costa de Souza

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo o desenvolvimento de uma análise sobre o processo de avaliação na Educação Especial, no que tange a coerência entre a finalidade legal da Terminalidade Específica como parâmetro para uma avaliação que culmina na certificação do aluno com deficiência na escola. Assim, este estudo de cunho qualitativo subsidiado pelo método dialético discute a Terminalidade Específica de escolaridade do ensino fundamental do aluno com deficiência nas políticas de Educação Especial, a partir de um levantamento documental utilizando a análise do discurso posto por Michel Pêcheux (2002) com o propósito de fazer uma nova interpretação ou mesmo uma releitura sobre o que dizem os documentos legais e o que discutem as perspectivas de autores como Hoffmann (2009), Luckesi (2011), Villas Boas (2006), Lima e Mendes (2011) entre outros no campo da avaliação educacional.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Especial, Terminalidade Específica.

REVISÃO TEÓRICA

O processo de avaliação dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação é permeado de discussões, principalmente com relação ao atingimento por estes alunos público alvo da Educação Especial, dos níveis de escolarização. Nesse contexto, a Terminalidade Específica é compreendida como uma certificação que, para tanto precede de processos avaliativos elaborados pedagogicamente para com esse público, em particular para os estudantes com graves comprometimentos (BRASIL, 1996).

A avaliação é compreendida como um ato intencional. Parte do pressuposto de que deve ocorrer continuamente a partir das observações feitas no todo. Assim sendo, Hoffmann (2009, p.42) analisa que:

A avaliação, enquanto mediação significa encontro, abertura ao diálogo, interação. Uma trajetória de conhecimento percorrida num mesmo tempo e cenário por alunos e professores. Trajetos que se desencontram, por vezes, e se cruzam por outras, mas seguem em frente, na mesma direção.

Na educação, a avaliação perpassa como um processo mediador e formativo que deve caminhar ao lado do processo de ensino e aprendizagem. Sobretudo, é ao mesmo tempo um processo profundo que não se restringe ao contexto escolar, isto é, apenas e unicamente ao interior da escola, mas também além dos seus muros.

[...] Não se avalia apenas para constatar, selecionar, classificar. Avalia-se para, com base nos dados obtidos, se tomar uma decisão sobre como alterar ou melhorar práticas educativas que promovam a aprendizagem desejada (ALMEIDA; FRANCO, 2011, p. 29).

Segundo Luckesi (2011) o ato de avaliar pressupõe diagnóstico e reorientação do aluno, analisando os pontos positivos com o intuito de atentar para os negativos a fim de melhorá-los. Historicamente, a concepção de avaliação educacional foi influenciada, por volta da década de 1930, por teóricos como Ralph Tyler e, seguidamente Benjamin Bloom. Isto é, nesse período a expressão “avaliação da aprendizagem” emerge (LUCKESI, 2011; HOFFMANN, 2009).

Em suma, a avaliação como processo mediador e formativo do ensino e aprendizagem pressupõe uma complexidade, devendo esta manter um atenção especial

aos impactos das propostas neoliberais que privilegiam um aspecto em detrimento do outro. Além do mais deve estar a serviço de uma prática de ensino que se preocupe com a transformação educação a favor de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou um olhar investigador e diferenciado com relação à avaliação na Educação Especial no que tange o “parecer final” da Terminalidade Específica aos alunos com deficiência, levando a refletir sobre os reais objetivos da prática que faz parte da ação pedagógica. Diante das informações levantadas e analisadas nos documentos e demais literaturas nas categorias: Avaliação - Educação Especial - Terminalidade Específica buscando responder ao questionamento central que norteou o desenvolvimento do estudo, pode-se concluir que a legislação na área é limitada, contraditória e incongruente. Associado a isso, o escasso e desamparo à Educação Especial como modalidade é uma marca assinalado em documentos “norteadores” para docentes e discentes no contexto escolar. Todas as questões alusivas à avaliação dizem respeito à avaliação de todos os alunos, com e sem deficiência. A única diferença que existente entre eles reside na forma como a avaliação é compreendida para cada público.

REFERENCIAS

ALMEIDA, F. J. de; FRANCO, M. G. Avaliação para a aprendizagem: o processo avaliativo para melhorar o desempenho dos alunos. São Paulo: Ática, 2011.

BRASIL. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dez. 1996.

HOFFMANN, J. M. L. O jogo do contrário em avaliação. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

CAPÍTULO 20

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Rizoni Alves de Souza

Sandra Moreno de Assis Santos

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

RESUMO

Avaliar na Educação Inclusiva demanda um olhar humanizador às práticas de ensino-aprendizagem e direcionado a todos os sujeitos. Nesse sentido, são objetivos deste trabalho: discutir o processo de avaliação à luz do desenvolvimento de habilidades na inclusão escolar; destacar a relevância das adaptações curriculares na aprendizagem dos inclusos; correlacionar a flexibilidade do planejamento com a elaboração do documento Parecer, de modo que atenda às necessidades dos alunos; refletir e promover um projeto individual e coletivo de avaliação acessível na atuação docente com os sujeitos atendidos. As reflexões, aqui, enaltecidas partem de um estudo de revisão da literatura específica e contribuem com as inquietações no processo avaliativo escolar à luz da inclusão.

Palavras-chave: Avaliação. Provinha Brasil. Alfabetização.

REVISÃO TEÓRICA

De acordo com Soares (2003), alfabetização e letramento são processos indissociáveis, pois a ascensão da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá, concomitantemente, por estes dois artifícios: pela aquisição do sistema

convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso social, com atividades de vida prática que envolva leitura e escrita – o letramento.

Consoante Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem escolar somada ao planejamento e à ação docente compõem o algoritmo da educação formal. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem serve como uma ação pedagógica de acompanhamento do ensino na busca dos resultados desejados. Compreendemos a necessidade de enfatizar que a avaliação não é neutra, avaliamos com um propósito, avaliamos para tomar decisões. Portanto, o ato de avaliar pode ser entendido como um conjunto de procedimentos e processos de coleta de informações, realizado com o objetivo de desencadear um (re) planejamento e intervenções das ações que não tiveram seus objetivos atingidos.

Avaliação em sua etimologia significa atribuir valor a um objeto. No caso da sala de aula, esse valor pode ser atribuído ao comportamento do aluno em relação às expectativas de aprendizagem elaboradas pela instituição. O professor usa várias formas para avaliar a aprendizagem de seus alunos, verificando se os objetivos elaborados no planejamento estão sendo atingidos. Nessa lógica, ao elaborar uma avaliação, ele deve ter claro o que irá avaliar. Destarte, quando se define o que será avaliado, é possível escolher os instrumentos que mais se ajustam aos objetivos de ensino.

A alfabetização seria um processo de representação de fonema em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler) [...] Sem dúvidas a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se considera “alfabetizada” uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros, “lendo”, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se considera “alfabetizada” uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito (SOARES, 2003, p. 16).

O processo de Alfabetização possui suas especificidades, a criança precisa desenvolver variadas habilidades para adquirir o sistema alfabético, como, por exemplo: as convenções gráficas (se escreve de cima para baixo, da esquerda para direita), a relação entre letra e som, contato com material escrito e o desenvolvimento da compreensão oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda, o estudo tem nos revelado a importância da compreensão, por parte dos educadores, sobre os processos de alfabetização e letramento como elementos indissociáveis. Indubitavelmente, a pesquisa revela a importância do papel da avaliação diagnóstica, visto que a mesma fornece elementos para tomada de decisões, permitindo intervenções mais precisas ao longo do processo escolar, na busca da aprendizagem desejada. A avaliação, nesse sentido, tem o predomínio da reflexão e da ação, a busca de estratégias e aplicabilidade prática nas ações pedagógicas.

REFERENCIAS

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

CAPÍTULO 21

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Juliana de Souza Silva

Luana Teixeira Alves

Jéssica Aparecida dos Santos Silva

RESUMO

A avaliação da aprendizagem é um instrumento presente em todos os momentos de nossas vidas, seja em momentos na qual estamos envolvidos nos meios acadêmicos, seja numa simples conversa informal com amigos, seja na busca por um emprego. Nesse sentido, enquanto meio e não fim, a avaliação da aprendizagem, presente principalmente nos meios escolares, deve ser vista e compreendida enquanto instrumento de busca por melhores condições de igualdade para os alunos ao invés de instrumento de manutenção das diferenças e desigualdades sociais. Portanto, ao longo deste breve estudo, buscaremos demonstrar que o processo de avaliação da aprendizagem pode ser um ato de amor, uma forma de acolhimento e instrumento eficaz para a transformação social e a diminuição das desigualdades.

Palavras-chave: Avaliação – Aprendizagem – Escola – Professor – Aluno – Transformação.

REVISÃO TEÓRICA

A avaliação sempre esteve presente em nossas vidas, seja no trabalho, no cotidiano de nossa convivência com os amigos e até mesmo nos momentos de lazer, enfim, estamos constantemente sendo avaliados e, conseqüentemente, avaliando. Na educação não é diferente. Contudo, o que percebemos na avaliação da aprendizagem, apesar dos avanços

percebidos ao longo das últimas décadas, é que ainda existe uma resistência muito grande por parte de educadores quanto às inovações e propostas de uma avaliação mais humanizada, que busca a qualidade em detrimento da quantidade; de um processo onde o avaliar seja contínuo e que proporcione ao aluno um avanço progressivo e qualitativo em seu processo de aprendizado.

De acordo com Luckesi (1997) a prática educativa nas escolas brasileiras ainda se encontra direcionada para uma “pedagogia do exame”, ou seja, o que se busca não é a qualidade do processo avaliativo, mas sim, a utilização deste processo enquanto meio coercitivo e de manutenção do poder por parte dos professores.

O processo avaliativo ainda é seletivo e discriminatório, está voltado para a manutenção dos percentuais de aprovação e reprovação, percentuais estes que por sua vez refletem a perpetuação das desigualdades sociais e a manutenção de uma minoria elitizada em todos os âmbitos do poder. Ainda de acordo com Luckesi,

(...) os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/ aprendizagem (1997, p. 18).

A avaliação deve ser tida e vista enquanto meio de se diagnosticar os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos de sua vivência, através deste método é que se poderá, verdadeiramente, praticar uma avaliação de qualidade e que possa proporcionar a todos, de forma equitativa, a garantia de um processo de aprendizagem onde prevaleça a qualidade e o respeito às reais condições do aluno. Através do processo contínuo de avaliação, o professor obtém os conhecimentos necessários para se fundamentar teoricamente e refletir acerca de sua prática pedagógica diária no processo de ensino/ aprendizagem (NETO; AQUINO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar se constitui enquanto acompanhamento rigoroso do processo de aprendizagem do aluno. O processo avaliativo vai muito além dos simples testes ou provas

que são aplicados constantemente. Avaliar é observar, com olhar crítico e atento, cada aluno à sua volta, é perceber cada gesto, movimento e atitude, é buscar compreender e empreender novas atitudes e formas de proporcionar ao aluno prosseguir sua caminhada; superar os obstáculos. Enfim, a avaliação da aprendizagem deve estar voltada para a vida, para o devir, para a construção de um ser que nunca estará acabado, que está em constante movimento: o ser humano.

REFERENCIAS

DARSIE, Marta Maria Pontin. Avaliação da Aprendizagem. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 99, p. 47-59, nov. 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

NETO, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti; AQUINO, Josefa de Lima Fernandes. A Avaliação da Aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? 2009.

CAPÍTULO 22

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Alessandra Costa de Souza

Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos

Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes

Cícera Edileusa dos Santos

RESUMO

A avaliação da aprendizagem escolar apresenta-se como um tema que provoca reflexões constantes na área educacional constituindo-se como fonte inesgotável de angústias entre o coletivo escolar. Sendo assim, a prática avaliativa apresenta-se como um desafio que exige, principalmente por parte do professor em sua prática pedagógica, verificar continuamente, se as atividades por ele planejadas, oportunizaram ao aluno construir realmente um conhecimento significativo. Portanto, a avaliação da aprendizagem é um recurso pedagógico plenamente capaz e necessário para subsidiar o professor a conduzir o processo pedagógico com segurança e ao aluno a demonstração do que aprendeu nas situações sociais concretas. Avaliar exige do professor o domínio de conhecimentos de técnicas adequadas, a utilização de critérios claros e objetivos explicitados entre os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem. D

Palavras-chave: Avaliação, Ensino e Aprendizagem, Professor/Aluno, Conhecimento Emancipatório.

REVISÃO TEÓRICA

A discussão sobre a avaliação escolar está diretamente vinculada ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, à prática pedagógica do professor. Porém, muitos educadores percebem o processo em questão de modo dicotomizado: o professor ensina e o aluno aprende. No entanto, a avaliação deve ter como objetivo a qualidade da prática pedagógica do professor. A mesma é condição necessária para a construção da aprendizagem bem sucedida do aluno e não para classificar ou discriminar, mas um parâmetro para a práxis educativa.

Segundo Gasparin (2005), no trabalho pedagógico proposto pela pedagogia histórico-crítica, a avaliação da aprendizagem do conteúdo deve ser a expressão prática de que o aluno se apropriou de um conhecimento que se tornou um novo instrumento de compreensão da realidade e de transformação social. Deste modo, revela o autor que “a responsabilidade do professor aumentou, assim como a do aluno. Ambos são co-autores do processo ensino-aprendizagem” (p.2). Gasparin (2005) destaca também que a avaliação da aprendizagem na concepção dialética do conhecimento, é a manifestação de quanto o aluno se apropriou das soluções para a resolução dos problemas e das questões levantadas, ou seja, do conhecimento adquirido.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser praticado com esta perspectiva dialética do conhecimento, mas os critérios e procedimentos de avaliação muitas vezes não condizem com a realidade vivida pelo aluno no processo de construção do conhecimento, levando-o ao fracasso escolar. Vasconcellos (2005) propõe que o papel que se espera da escola é que possa colaborar com a formação do cidadão pela mediação do conhecimento científico, estético, filosófico.

Hoffmann (1994) explica que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e sua ação classificatória e autoritária exercida, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história de vida como aluno e como professor. Muitos professores reproduzem em sua prática pedagógica em sala de aula, influências de sua formação desenvolvida numa visão tradicional e classificatória da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe à escola, buscar a socialização através das ações pedagógicas que desenvolve e realizar tarefas coletivas cuidando para que estas sejam desenvolvidas pelo grupo e não por um único componente. Nesse caso, é preciso ensinar os alunos a trabalhar individualmente e em grupos e a serem responsáveis na execução do seu trabalho. Tal procedimento faz com que os mesmos sintam-se como partes integrantes de um grupo e de um contexto social mais amplo. Na concepção pedagógica tradicional a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Nesta pedagogia a avaliação está diretamente associada ao fazer prova, fazer exame, dar notas, repetir ou passar de ano.

REFERENCIAS

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

VASCONCELLOS, Celso. Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

CAPÍTULO 23

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sandra Moreno de Assis Santos

Rizoni Alves de Souza

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

RESUMO

Tendo como objetivo geral: investigar o que pensa o professor da educação básica sobre avaliação da aprendizagem. Tendo como objetivos específicos: Verificar as práticas de avaliação do professor e analisar a prática avaliativa na educação básica. O estudo ocorreu por meio de uma pesquisa de campo por meio da abordagem qualitativa com a participação de duas professoras que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como instrumento para coleta de dados o questionário. Dentre os teóricos que contribuíram para essa pesquisa utilizamos LUCKESI (2005), LIBÂNEO (2013), WERNECK (2001) dentre outros.

Palavras-chave: Avaliação, Prática Docente, Ensino-Aprendizagem.

REVISÃO TEÓRICA

A avaliação percorre um caminho que visa o desenvolvimento da aprendizagem e a construção do conhecimento do indivíduo. Muitas vezes é confundida com exames, porém possuem ambos possuem visões distintas de aprendizagem. “O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados, enquanto o de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação” (LUCKESI 2002 p. 84).

No entanto a realidade que vemos na escola com relação a sua prática é bem diferente, tendo em vista que a preocupação estabelecida é depositada em uma avaliação classificatória, do aluno passar de um ano para outro, reduzindo a avaliação a um exame classificatório e uma formação baseada apenas em conteúdos visando a aprovação ou reprovação. “As preocupações são válidas e, por muitos anos, as provas foram usadas como meio de manter a disciplina de classe. A preocupação era, de fato, fazer dela uma arma que detonaria uma nota capaz de promover ou reter o aluno” (WERNECK 2001 p. 30). Porém com o passar do tempo houve muitas transformações na sociedade. O campo educacional conforme a sociedade foi se desenvolvendo passou a ter novas demandas e objetivos e com a avaliação não foi diferente.

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO 2013, p. 216).

Nesse sentido, a avaliação não pode ser confundida com a nota, pois essa é apenas uma parte da avaliação, e a avaliação ocorre independente da mesma. Devem ser consideradas as transformações na formação humana tendo como contribuição o processo avaliativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto vemos o quanto a avaliação precisa ser refletida e discutida necessitando de uma visão crítica em relação a mesma, considerando a sua importância no processo de formação do aluno. Percebemos que as concepções de avaliação de aprendizagem ainda estão reduzidas a transmissão de conteúdos e uma escola preocupada com a classificação do aluno em relação a nota e não uma formação integral, visando o seu desenvolvimento e uma transformação social.

REFERENCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar e a questão das representações sociais. *Eccos Revista Científica*, v. 4, n. 2, p.79-88, dez, 2002.

WERNECK, Hamilton. *Avaliação: Perguntas e Respostas*. Florianópolis: Ceitec, 2001.

CAPÍTULO 24

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM

Luana Teixeira Alves

Juliana de Souza Silva

Jéssica Aparecida dos Santos Silva

RESUMO

Os métodos de avaliações aplicados no processo de ensino-aprendizagem não devem ser simplesmente um meio de atribuir notas de aprovação ou reprovação. A avaliação da aprendizagem deve servir de base para o professor em reflexões importantes sobre o que, quando e como avaliar, acompanhando o desenvolvimento e avanço do educando em suas descobertas, tendo um cuidado especial com a correção e devolução da mesma. A avaliação da aprendizagem como ato amoroso, é um ato acolhedor que integra; diferente do julgamento puro e simples que não dá oportunidades, distingue entre o certo e o errado partindo de padrões pré-determinados.

Palavras-chave: Avaliação; educação; aprendizagem.

REVISÃO TEÓRICA

Hoje em dia, a avaliação é uma atividade constante na prática de profissionais de diversas áreas: o engenheiro avalia o projeto elaborado, o administrador avalia a execução do plano formulado para sua empresa e o desempenho de seus funcionários, enquanto as indústrias estão de olhos voltados para o controle de qualidade. Na aprendizagem não é diferente: professores e alunos avaliam e são avaliados o tempo todo. A avaliação escolar é uma preocupação constante de toda a comunidade escolar.

Hoffmann (2001, p. 84) nos diz que muitas escolas contemplam a "avaliação inicial", que se destina a análise das concepções prévias dos alunos e que fundamentam o planejamento educacional. Entretanto, a questão é muito mais complexa e essa prática acaba por determinar, na verdade, "condições prévias" dos alunos, ao invés de conhecimentos prévios.

Afirma Vasconcellos (2003), que ensino, aprendizagem e avaliação são três elementos considerados indissociáveis, e para efeitos didáticos este autor identifica alguns relacionamentos ou formas de influência entre a avaliação, ensino e aprendizagem.

- Avaliação da Aprendizagem: é entendida como o propósito do professor em saber as "quantas anda o aluno", ou a análise que o aluno faz para saber como está, sendo este sentido menos lembrado;

- Avaliação do Ensino: é a reflexão do professor e do aluno; reflexão que o professor faz sobre sua prática visando confirmação ou alteração de rumos, e também a reflexão que o aluno faz sobre a prática do professor;

Segundo alguns autores, como SOUZA (1990) e VASCONCELLOS (2006) a avaliação abrange muito mais além do desempenho do alunado, seu caráter avaliativo, gira em torno de toda educação, formação de professores, parte social do docente, políticas públicas, etc. Conforme as funções que desempenha, a avaliação é classificada em três modalidades: Diagnóstica, Formativa e Somativa. A avaliação diagnóstica é adequada para o início do período letivo, pois permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer.

O professor tem como principal objetivo verificar o conhecimento prévio de cada aluno, tendo como finalidade constatar os pré-requisitos necessários de conhecimento ou habilidades imprescindíveis de que os estudantes possuem para o preparo de uma nova etapa de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de destacado muitas vezes nesse trabalho, convém ainda enfatizar a importância da avaliação em educação, e especificamente no processo de ensino-aprendizagem. Os métodos de avaliação ocupam sem dúvida espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino aprendizagem. Avaliar, portanto, não se resume ao simples ato de atribuir notas - ação necessária para

decidir se o aluno avançou - ou mesmo será retido – em certa disciplina. A avaliação da aprendizagem do aluno engloba vários aspectos, dentre eles a sua filosofia de vida, sua autoestima, seus sentimentos e também a capacidade de respeitar sua vivência e a própria cultura.

REFERENCIAS

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 35ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUSA, S.Z. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: O Ensino Municipal e a Educação Brasileira, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem - Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

CAPÍTULO 25

ENTRE ERROS, ACERTOS E CONHECIMENTO: A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA

Cícera Edileusa dos Santos

Alessandra Costa de Souza

Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos

Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir acerca das percepções dos professores sobre a avaliação da aprendizagem no contexto escolar. Trata-se de investigação de natureza qualitativa, exploratória, do tipo revisão de literatura. Os autores que embasam teoricamente a pesquisa são: Hoffmann (2005), (2003), Libâneo (1994), Luckesi (2005), (1990), Haidt (1995), Matui (2002) e Freire (1996). Os resultados e discussões encontram-se organizados em duas seções. Na primeira, discorremos sobre as controvérsias que percorrem a avaliação. A segunda enfoca a avaliação da aprendizagem se contrapondo à prática classificatória, buscando ajudar o aluno a progredir na sua aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Professor.

REVISÃO TEÓRICA

A avaliação, conforme Libâneo (1994), constitui-se numa tarefa didática necessária na prática docente, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos. É também um processo complexo que não se resume apenas à realização de provas e enunciação de notas. Através dela, os resultados obtidos durante o trabalho entre

professor e aluno, podem ser comparados com os objetivos propostos, para se constatar os avanços e dificuldades dos discentes. Nesse contexto, acreditamos que a avaliação requer uma ação laboriosa, competente, como também profissionalismo para que o docente não empreenda nenhum juízo inadequado, isto é, interpretações muito apressadas, que sejam sinônimas de julgamentos falsos, baseados em conceitos precedidos, que possam prejudicar o processo da aprendizagem do aluno.

No entanto, o termo avaliação tem sido constantemente relacionado às expressões como fazer exame, fazer provas, atribuir notas, reprovar ou passar de ano. Essa é uma concepção muito frequente em nossas escolas e que vem resistindo às novas propostas, por muitos educadores (LIBÂNEO, 1994).

Haidt (1995) acrescenta ainda que a avaliação da aprendizagem do aluno também está ligada a avaliação do próprio trabalho docente. Quando o professor avalia o que o aluno conseguiu aprender, está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Dessa forma a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la.

Podemos dizer que a avaliação da aprendizagem é uma tarefa didática necessária, e permanente do trabalho docente, devendo ser contínua e planejada durante todo o processo de ensino-aprendizagem. Através desta prática pode-se verificar se os objetivos propostos pelo educador foram atingidos, porventura se isso não aconteça o professor pode reorganizar novas situações de aprendizagem. Nessa perspectiva, os objetivos são elementos norteadores da prática avaliativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto a avaliação que visa à aprendizagem do aluno, não se dá de forma isolada e improvisada, mas de forma dinâmica e efetiva ao longo de todas as relações entre professor e aluno. Mas para que isso ocorra é necessário que o professor crie condições favoráveis e veja a avaliação como instrumento positivo para estimular o interesse e motivar o aluno a participar junto deste processo.

REFERENCIAS

Haidt, Regina Cazaux. Curso de didática geral. 7º ed. São Paulo. Ática, 1995.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva. 35ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

_____ Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. – Porto Alegre: Editora Mediação, 20ª Edição revista, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. LUCKESI, Cipriano Carlos. Prática docente e avaliação. Rio de Janeiro: ABT, 1990.

CAPÍTULO 26

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES DOS DOCENTES

Jéssica Aparecida dos Santos Silva

Luana Teixeira Alves

Juliana de Souza Silva

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a avaliação da aprendizagem. Compreende-se que o processo de avaliação sendo uma interposição, fazendo-se presente nas ações de todos educadores. Neste aspecto, faz-se necessário que esse assunto avaliação seja revisado e debatido, para que se possa aprofundar cada vez mais nessa temática. Tem como objetivo identificar as percepções de educadores sobre aspectos relacionados à avaliação da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Conhecimento. Aprendizagem. Ensino. LDB.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Freitas, 2008, “O professor que trabalha de forma consciente e coerente, diversificando instrumentos de avaliação para que seja possível abranger todas as facetas do estudante..”, entenderá a avaliação escolar como uma formalidade do sistema escolar, que retratará o resultado do seu próprio trabalho, por isso precisa ter certos cuidados na sua elaboração e aplicação.

A avaliação, na contemporaneidade tem ocupado lugar de proeminência nas relações entre os profissionais da educação, pais e alunos. Tornou-se um código

idealizado, por vezes, como mecanismos de sustentação da organização do trabalho escolar, o que acredita-se que não é. No âmbito da escola, decorre, verdadeiramente, do que ocorre nos cursos de formação inicial e continuada de professores, a avaliação tem sido vista como uma “matéria”, uma área de conhecimento, sendo retirada do seu devido lugar; um item integrante a todo o processo educacional, que se pode ser acentuada, se trabalhada aos objetivos escolares.

Vasconcelos (1998) refere-se ao processo avaliativo em sentido amplo. Para esse autor, a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento. Assim, a avaliação oferece subsídio para decisão, visando à melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, por meio da análise das ações em desenvolvimento.

A compreensão da avaliação como elemento fundamental no desenvolvimento da aprendizagem do educando e que se faz presente ativamente de todo processo educativo. Mesmo que se diferenciem as intenções e as palavras, por um lado na observação, no feedback, na regulação e, por outro, na medida imparcial dos conhecimentos e das competências adquiridas, não se impedirá essas duas lógicas de coexistirem, praticamente, na escola e na aula, as vezes em harmonia, com mais frequência se opondo mutuamente. (PERRENOUD, 1999, p. 23).

A avaliação quantitativa desenvolvida pelos professores deve levar em conta que a verificação da aprendizagem através das provas não poderá continuar sendo usada para classificar e selecionar os alunos, constatadas em muitas práticas pedagógicas. Ao contrário disso, a avaliação quantitativa complementar o aspecto qualitativo á medida que os resultados obtidos nas provas e testes realizados pelos alunos propiciara ao educador o feedback e a reflexão da sua prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que no atual processo educacional a avaliação é usada simplesmente para classificar os alunos, o que não tem contribuído para melhorar a aprendizagem. Portanto, ela pode possibilitar ao educador o entendimento de como o aluno está reagindo frente ao conhecimento explorado. É preciso lembrar que cada aluno reage diferentemente um do outro frente à construção do conhecimento. Sendo assim, não se

pode exigir que todo educando se desenvolva igualmente em todos os componentes curriculares. Nesse sentido, é preciso diversificar mais as atividades avaliativas e explorar mais os trabalhos em grupo, em parceria, para que os alunos possam estar contribuindo uns com os outros nos conhecimentos que apreenderam. Conclui-se então que, a reflexão da ação pedagógica assim como a busca da fundamentação teórica e prática devem ser uma constante no trabalho do educador, para que o mesmo possa redimensionar a sua atuação na mira da melhoria do processo ensino e aprendizagem.

REFERENCIAS

FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). Avaliação: Construindo o Campo e a Crítica. Florianópolis -SC: Insular, 1995, p. 62 – 213.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação - da Excelência à Regulação das Aprendizagens. Entre Duas Lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Artes Médicas Sul: Porto Alegre, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos S. Avaliação: Superação da classificatória e excludente. 4. ed. São Paulo: Libertad, 1998.

CAPÍTULO 27

AVALIAÇÃO FORMATIVA: FERRAMENTA SIGNIFICATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Sandra Moreno de Assis Santos

Rizoni Alves de Souza

RESUMO

A avaliação formativa caracteriza-se como um processo de avaliação pedagógica que acompanha a evolução dos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando ao professor a identificação de problemas de aprendizagem e a modificação das metodologias e estruturas de ensino para garantir que a aprendizagem ocorra de maneira satisfatória para todos os educandos. Este estudo possui como principal objetivo fazer um levantamento bibliográfico de estudos científicos que apresentem a avaliação formativa como uma ferramenta significativa no processo de ensino e aprendizagem. Para alcançar o objetivo da investigação, pareceu-nos adequada a utilização de uma metodologia de investigação qualitativa, descritiva e interpretativa.

Palavras-chave: Sucesso escolar, Ensino-aprendizagem, Avaliação.

REVISÃO TEÓRICA

A avaliação é sempre um tema gerador de muitos conflitos e questionamentos por parte de vários teóricos e em debates educacionais. Desde os escritores de alta produtividade e conhecimento científico até leigos educacionais questionam os poderes, formas e ferramentas da avaliação. Na escola, estes questionamentos envolvem desde as

orientações educacionais nacionais até a comunidade escolar (gestão, educadores, alunos e pais).

Existem várias formas e modelos de avaliação, contudo neste estudo queremos dar atenção à avaliação formativa. Este modelo de avaliação não está centrado apenas no resultado final na aprendizagem, como ocorrem em avaliações finais. A avaliação formativa consiste em um processo pedagógico que mensura a aprendizagem dos alunos durante o processo de ensino, para garantir que a aprendizagem ocorra de maneira satisfatória para todos os educandos (CORTEZÃO, 2002; FERREIRA, 2004; 2005).

O professor que é capaz de trabalhar com a avaliação formativa terá a oportunidade de reforçar em prática a essência da educação: estimular o aluno a desenvolver-se. A aprendizagem do aluno sempre será o foco do processo de avaliação formativa e a forma como este será avaliado deve ser o mais diferenciado o possível para que este possa desenvolver várias habilidades e competências de aprendizagem (FERREIRA, 2010; 2005; ROLDÃO e FERRO, 2015).

Segundo Ferreira (2004, p. 17) “a avaliação formativa, na sua função reguladora, reforça os êxitos, tenta responder a necessidades educativas detectadas, a problemas diagnosticados e suas causas, o que implica uma nova atitude perante os erros dos alunos”. Devemos reforçar que os erros não devem ser associados a valores negativos, mas sim como uma verificação que mudanças na forma de ensinar são necessárias para a promoção da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação formativa caracteriza-se como um modelo de avaliação que propõe que os alunos sejam avaliados de diversas formas e em momentos diferenciados, para que se consiga identificar se o aluno atingiu todos os objetivos do currículo, e caso, algum aluno não tenha resultado satisfatório, o professor possa promover novas estratégias de ensino. A aprendizagem do aluno é o foco deste modelo de avaliação, e as ferramentas utilizadas nesse processo avaliativo devem ser as mais diferenciadas o possível para que possam desenvolver várias habilidades e competências.

REFERENCIAS

CORTEZÃO, Luiza. Formas de Ensina, formas de avaliar: breve análise de práticas correntes de avaliação. In Reorganização Curricular do Ensino Básico. Avaliação das Aprendizagens. Porto: Ministério da Educação, 2002.

FERREIRA, Carlos, Alberto. Representações de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico Sobre Avaliação Formativa. Provas de Aptidão pedagógica e Capacidade Científica. Vila Real: UTAD, 1997.

____. Avaliação Formativa: conceptualização e orientações para a prática. Vila Real: UTAD, 2004.

____. Para uma Instrumentação da Avaliação Formativa. Vila Real: UTAD, 2005.

____. A avaliação no quotidiano da sala de aula. Porto: Porto Editora, 2010.

ROLDÃO, Maria do Céu; FERRO, Nuno. O que é avaliar? Reconstrução de práticas e conceções de avaliação. Estudos em avaliação educacional. 26(63). Portugal, 2015.

ROLDÃO, Maria do Céu. Desenvolvimento do currículo e a melhoria de processos e resultados. In: MACHADO, Joaquim; MATIAS ALVES, Joaquim (Org.). Melhorar a escola: sucesso escolar, disciplina, motivação, direção de escolas e políticas educativas. Porto: Universidade Católica Editora, 2014. p. 136-146.

ISBN 978-656009151-1



9 786560 091511

